

COGNA EDUCAÇÃO S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA OS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto operacional

A Cogna Educação S.A. (anterior denominação de Kroton Educacional S.A), aqui denominada “Companhia”, “Controladora” ou “Cogna”, com sede na Rua Santa Madalena Sofia, 25, na cidade de Belo Horizonte – MG, e suas controladas (em conjunto, o “Grupo”) têm como principais atividades a oferta de cursos de ensino superior e pós-graduação presencial e à distância; editar, comercializar e distribuir livros didáticos, paradidáticos e apostilas, especialmente com conteúdo educacionais, literários e informativos e sistemas de ensino; ofertar, por meio de suas escolas educação básica, cursos preparatórios pré-universitários, cursos de idioma para crianças e adolescentes; soluções educacionais para ensino técnico e superior, entre outras atividades complementares, tais como o desenvolvimento de tecnologia da educação com serviços para gestão e formação complementar; a administração de atividades de ensino infantil, fundamental e médio; assessorar e/ou viabilizar a possibilidade de financiamento direto e indireto de alunos em relação às suas respectivas modalidades escolares e o desenvolvimento de software para ensino adaptativo e otimização de gestão acadêmica.

Em 09 de dezembro de 2019, através de assembleia geral extraordinária, foi aprovada a alteração da denominação social da Companhia para “Cogna Educação S.A.”, com a consequente alteração de seu Estatuto Social. O nome Cogna deriva da palavra cognição, que compreende a capacidade de processar informações e transformá-las em conhecimento. Uma marca que simboliza de forma mais clara e atual a entrada da Companhia em uma nova era repleta de oportunidades de inovações, crescimento e que conserva o propósito de querer transformar a vida das pessoas por meio de uma educação de qualidade. Essa é a Cogna Educação: conhecimento que transforma.

O Grupo possui 73 empresas, incluindo a Controladora, e é composto por 18 mantenedoras de instituição de ensino superior, 176 unidades de Ensino Superior, presentes em 24 estados e 132 cidades brasileiras, além de 1.410 Polos de Graduação EAD credenciados pelo MEC, localizados em todos os estados brasileiros e no Distrito Federal. A Companhia ainda conta, na Educação Básica, com 54 escolas próprias, 125 unidades do Red Balloon e 3.961 escolas associadas em todo o território nacional.

A Companhia é listada na B3 – Brasil, Bolsa, Balcão, no segmento especial denominado Novo Mercado, sob o código COGN3 onde negocia suas ações ordinárias.

A Cogna exerce as suas atividades por meio de suas controladas diretas: Editora e Distribuidora Educacional S.A. (“EDE”) e Anhanguera Educacional Participações S.A. (“Anhanguera”).

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram aprovadas para emissão pelo Conselho de Administração em 30 de março de 2020.

Aquisição da Somos Educação S.A.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia por meio da sua controlada indireta Saber Serviços Educacionais S.A. (“Saber”) adquiriu o controle do Grupo Somos através da compra de 73,35% de seu capital votante, seguindo seu plano de crescimento e expansão. O Grupo Somos têm como principais atividades (i) editar, comercializar e distribuir livros didáticos, paradidáticos e apostilas, especialmente com conteúdo educacionais, literários e informativos e sistemas de ensino; (ii) ofertar, por meio de suas escolas, educação básica, cursos preparatórios pré-universitários, cursos de idioma para crianças e adolescentes; (iii)

COGNA EDUCAÇÃO S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA OS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

soluções educacionais para ensino técnico e superior, entre outras atividades complementares, tais como o desenvolvimento de tecnologia da educação com serviços para gestão e formação complementar. O portfólio completo de soluções está estruturado com as principais marcas, referências de qualidade, Editora Ática, Editora Scipione, Editora Saraiva, Editora Érica, Anglo, pH, SER, GEO, OLEM, Ético, Colégio pH, Sigma, Motivo, Maxi, Anglo 21, Colégio Integrado, Red Balloon e Alfacon. Maiores informações sobre a transação estão apresentadas na nota explicativa 4.

2. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, estão apresentadas e resumidas a seguir ou nas notas da respectiva rubrica, e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, exceto as novas práticas contábeis descritas na nota explicativa 2.26.

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards (IFRS)*, emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de certos ativos financeiros, outros ativos e passivos financeiros é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

a) Demonstrações financeiras individuais

As demonstrações financeiras individuais da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Elas também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards (IFRS)*, emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*). Essas demonstrações individuais são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas.

b) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards (IFRS)*, emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

c) Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada como parte de suas demonstrações financeiras, conforme requerido pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRSs. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte, apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas, custos e despesas adquiridos de terceiros e pelo valor adicionado recebido em transferência. A segunda parte apresenta a distribuição da riqueza entre impostos, taxas e contribuições, pessoal, remuneração de capital de terceiros e remuneração do capital próprio.

d) Reapresentação das cifras comparativas em 31 de dezembro de 2018

Conforme descrito na nota explicativa 4.3 às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia concluiu, em 11 de outubro de 2018, o processo de aquisição de 73,35% do capital social total e votante da Somos Educação S.A. pelo valor de R\$ 4.566.542, dos quais R\$ 4.116.542 foram pagos aos acionistas vendedores e R\$ 450.000 foram retidos em contas vinculadas, além de ter assumido passivos no montante de R\$ 2.600.630. Adicionalmente, no dia 8 de novembro de 2018, a Companhia submeteu a Comissão de Valores Mobiliários – CVM e à B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão o pedido de registro de oferta pública obrigatória para aquisição das ações remanescentes de emissão da Somos (OPA) e respectivo pedido de cancelamento de seu registro de companhia aberta.

Dessa forma, a Companhia apresentou na referida nota explicativa 4.3, a demonstração do cálculo do excesso do preço de aquisição sobre o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos na aquisição da Somos, com base em avaliações preliminares, como permitido pelo IFRS 3/CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios.

Ainda de acordo com o IFRS 3/CPC 15 (R1), a administração optou, preliminarmente, pelo reconhecimento da participação de não controladores pelo método de participação proporcional, sendo que, em 30 de junho de 2019, e após a revisão dos reconhecimentos preliminares da participação dos não controladores, a administração alterou o método de mensuração desta participação para valor justo, em substituição à participação proporcional nos ativos líquidos da adquirida, por entender que este método reflete de maneira mais apropriada os aspectos econômicos da operação de aquisição da Somos e consequentemente em informação mais relevante para os usuários das demonstrações financeiras. Com isso, foi registrado o montante de R\$1.575.195 como participação de acionistas não controladores, o qual equivale à 69.853.431 ações valorizadas pela cotação das mesmas na B3 em 11 de outubro de 2018, data da conclusão da aquisição da parcela do acionista controlador.

Os referidos ajustes foram efetuados nos saldos comparativos de 31 de dezembro de 2018, de acordo com o IAS 8/CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

A seguir apresentamos os impactos decorrentes do ajuste:

COGNA EDUCAÇÃO S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA OS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Alocação Preliminar 11/10/2018	Mensuração de não controladores ao valor justo	Revisão da alocação preliminar	Alocação Final
Ativos líquidos	(408.875)	-	-	(408.875)
Preço de aquisição	4.566.542	-	-	4.566.542
	4.157.667	-	-	4.157.667
Passivos assumidos	2.625.389	-	(24.759)	2.600.630
Parcela retida do preço de aquisição	(450.000)	-	-	(450.000)
Parcela de acionistas não controladores	-	1.575.195	-	1.575.195
Excesso do preço de aquisição sobre o valor justo classificado como ágio	6.333.056	1.575.195	(24.759)	7.883.492
Destinação do ágio				
Goodwill	4.077.820	1.575.195	246.491	5.899.506
Marca	1.224.975	-	443.690	1.668.665
Carteira de clientes	77.487	-	28.065	105.552
Carteira de clientes - não contratual	906.255	-	328.249	1.234.504
Estoque mais valia	46.519	-	16.850	63.369
Imobilizado mais valia	-	-	8.884	8.884
Baixa de ativos intangíveis da adquirida				
Goodwill	-	-	(879.569)	(879.569)
Marca	-	-	(372.562)	(372.562)
Carteira de clientes	-	-	(239.597)	(239.597)
IR/CS diferidos sobre intangíveis	-	-	394.740	394.740
Total do Patrimônio Líquido	6.333.056	1.575.195	(24.759)	7.883.492

Demonstrativo dos efeitos – consolidado

	Consolidado		
	Original	Ajuste	Reapresentado
Ativo circulante			
Estoque	370.657	16.850	387.507
Total do ativo circulante	5.563.269	16.850	5.580.119
Ativo não circulante			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	515.900	232.601	748.501
Imobilizado	2.485.643	8.885	2.494.528
Intangível	19.911.110	1.045.755	20.956.865
Total do ativo não circulante	25.081.770	1.287.241	26.369.011
Total do ativo	30.645.039	1.304.091	31.949.130
Passivo circulante	2.565.498	-	2.565.498
Passivo não circulante			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.042.115	(162.138)	879.977
Total do passivo	14.638.209	(162.138)	14.476.071
Patrimônio líquido	15.902.644	-	15.902.644
Participação dos não controladores	104.186	1.466.229	1.570.415
Total do patrimônio líquido	16.006.830	1.466.229	17.473.059
Total do passivo e patrimônio líquido	30.645.039	1.304.091	31.949.130

COGNA EDUCAÇÃO S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA OS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

e) Continuidade operacional

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de incertezas materiais que possam gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional dos negócios da Companhia.

2.2. Consolidação

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida. As empresas controladas incluídas na consolidação estão descritas na nota a seguir.

a) Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais o Grupo detém o controle, isto é, quando está exposto ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle.

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos para a aquisição de controladas em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. O Grupo reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das novas controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

A seguir apresentamos a relação das empresas controladas pela Companhia para os exercícios findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

<u>Entidades consolidadas</u>	Participação % ⁽¹⁾	
	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Controlada direta:		
AESAPAR - Anhanguera Educacional Participações S.A.	100,0	100,0
Controladas indiretas AESAPAR:		
AESA- Anhanguera Educacional Ltda.	100,0	100,0
AESAPRO - Clínica Médica Anhanguera Ltda.	100,0	100,0
FIDC - Anhanguera Educacional Fundo de Investimento em Direitos Creditórios	100,0	100,0
Juspodivm - Instituto Excelência Ltda.	100,0	100,0
Edufor - Edufor Serviços Educacionais Ltda. – ME	100,0	100,0
ICF - Sociedade Piauiense de Ensino Superior Ltda.	100,0	100,0

COGNA EDUCAÇÃO S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA OS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Fateci Cursos Técnicos S/S.	100,0	100,0
Clauder Ciarlini Filho S/S.	100,0	100,0
Sociedade Educacional da Paraíba Ltda.	100,0	100,0
Bacabal Mearim Sistemas de Ensino Ltda.	100,0	100,0
PSES - Pitágoras Sistema de Ensino Sociedade	54,5	-
Controlada direta:		
EDE - Editora e Distribuidora Educacional	100,0	100,0
Controladas indiretas EDE:		
Ceama - Centro de Ensino Atenas Maranhense	99,99	99,99
Fais - Faculdade Integradas de Sorriso	99,99	99,99
Fama Macapá - União de Faculdades do Amapá	99,99	99,99
Orme - Orme Serviços Educacionais	99,99	99,99
Pax - Pax Editora e Distribuidora	-	99,99
Projecta - Projecta Educacional	99,99	99,99
Cepar - Centro De Ensino Superior De Parauapebas Ltda	100,0	-
Centro De Ensino Superior De Marabá Ltda	100,0	-
Cesupar - Centro De Ensino Superior De Paragominas Ltda	100,0	-
Unime LF - União Metropolitana para o Desenvolvimento da Educação e Cultura	99,99	99,99
União - União de Ensino Unopar	48,8	99,99
Unic Educacional - Unic Educacional	92,3	99,99
Unime Salvador - Iuni Educacional - Unime Salvador	99,99	99,99
PSES - Pitágoras Sistema de Ensino Sociedade	-	99,99
Saber - Saber Serviços Educacionais S.A.	-	99,99
Controlada direta:		
Saber - Saber Serviços Educacionais S.A.	60,8	-
Controladas indiretas Saber:		
Somos Idiomas S.A.	100,0	100,0
Editora Scipione S.A.	84,2	100,0
Saraiva Soluções Educacionais S.A.	70,4	100,0
Editora Ática S.A.	100,0	100,0
Controladas indiretas Editora Ática:		
SB Sistemas	100,0	100,0
SGE Comércio de Material Didático Ltda.	100,0	100,0
Saraiva Educação S.A.	42,9	100,0
Controladas indiretas Saraiva Educação:		
Editora Pigmento Ltda.	100,0	100,0
Editora Joaquim Ltda.	100,0	100,0
Editora Todas as Letras Ltda.	100,0	100,0
Saraiva Gestão de Marcas Ltda.	50,0	-
Somos Operações Escolares S.A.	77,8	100,0
Controladas indiretas Somos Operações Escolares:		
Colégio Ambiental Ltda.	100,0	100,0
Colégio Visão Ltda.	100,0	100,0
Sociedade Educacional NEODNA Cuiabá Ltda.	100,0	100,0
Colégio do Salvador Ltda.	100,0	100,0
Colégio Motivo Ltda. ("Grupo Motivo")	100,0	100,0
Cursos e Colégios Coqueiros Ltda.	100,0	100,0
Colégio Integrado Jaó Ltda.	100,0	100,0
Escola Santo Inácio Ltda.	100,0	100,0
Sistema P.H. de Ensino Ltda.	100,0	100,0
Escola Riacho Doce Ltda.	100,0	100,0
Sociedade Educacional Doze de Outubro Ltda. ("Anglo 21")	100,0	100,0

COGNA EDUCAÇÃO S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA OS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

ECSA - Escola a Chave do Saber S/S Ltda.	100,0	100,0
Colégio Cidade Ltda.	100,0	100,0
Sociedade Educacional Paraná Ltda. ("Maxi Cuiabá")	100,0	100,0
Sociedade Educacional de Rondonópolis Ltda.	100,0	100,0
Sociedade Rondonopolitana de Educação Ltda.	100,0	100,0
ACEL - Administração de Cursos Educacionais Ltda. ("Sigma")	100,0	100,0
Controladas indiretas ACEL:		
Papelaria Brasileira S.A.	100,0	100,0
Escola Mater Christi Ltda.	100,0	100,0
Somos Educação S.A.	100,0	73,4
Controladas indiretas Somos Educação:		
Maxiprint Editora Ltda.	100,0	100,0
Centro Educacional Leonardo da Vinci S/S Ltda.	100,0	100,0
Vinci Serviços Educacionais Ltda.	100,0	100,0
Colégio Manauara Latu Sensu Ltda.	100,0	100,0
Núcleo Brasileiro De Estudos Avançados Ltda.	100,0	100,0
Sanches Serviços De Educação Ltda.	100,0	100,0
Leal e Sanches Ltda.	100,0	100,0
Sociedade Educacional Alphaville S.A.	100,0	-
ETB Editora Técnica do Brasil Ltda.	100,0	100,0
Stoodi Sistemas e Treinamento à Distância Ltda.	100,0	100,0
Controladas indiretas Stoodi Sistemas:		
Eligis Tecnologia E Inovação Ltda	100,0	100,0
Somos Educação Investimentos S.A.	100,0	100,0
Controladas indiretas Somos Educação Investimentos:		
Educação Inovação e Tecnologia S.A ("AppProva")	100,0	100,0
Nice Participações S.A.	100,0	100,0
CEI - Centro de Educação Integrada Ltda.	51,0	51,0
Controladas indiretas CEI:		
Escola Infantil Primeiros Passos EIRELI	100,0	51,0
Salmo Noventa Centro Educacional EIRELI	100,0	51,0
Controlada direta:		
Somos Sistemas de Ensino S.A.	100,0	100,0
Controladas indiretas Somos Sistemas:		
Livraria Livro Fácil Ltda.	100,0	100,0
Colégio Anglo São Paulo Ltda	100,0	100,0

(i) As variações nos percentuais de participação em comparação ao exercício anterior, são decorrência do projeto de reestruturação societária ocorrido entre as unidades de negócio da Companhia. Assim sendo, não houve qualquer alteração que ocasionasse perda de controle pela Cogna em suas controladas.

b) Participação de acionistas não controladores

O Grupo trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos do Grupo. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta "ajustes de avaliação patrimonial".

c) Combinações de Negócios

Em conformidade com as disposições do CPC 15 - Combinações de negócio as aquisições são registradas utilizando o método de aquisição quando o controle é transferido para a Companhia. A contraprestação transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável.

d) Segmento operacional

O relatório por segmento operacional é apresentado de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria Executiva, responsável, inclusive, pela tomada das decisões estratégicas da Companhia. A Diretoria Executiva considera o negócio da perspectiva dos serviços prestados: Ensino Superior Presencial, Ensino Superior EAD e Educação Básica.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual ela atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em reais (R\$), que corresponde a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação do Grupo.

2.4. Demonstração do resultado abrangente

Outros resultados abrangentes compreendem itens de receita e despesa (incluindo ajustes de reclassificação, quando aplicáveis) que, em conformidade com os procedimentos não são reconhecidos na demonstração do resultado como requeridos ou permitidos pelos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC, quando aplicáveis. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018, o Grupo não apresentou outros itens além dos resultados dos exercícios apresentados nas demonstrações do resultado individuais e consolidadas.

2.5. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalente de caixa incluem os numerários em espécie, depósitos bancários disponíveis e outros investimentos de curto prazo, de alta liquidez, os quais são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

2.6. Ativos e passivos financeiros

Todos os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros

COGNA EDUCAÇÃO S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA OS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ou ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Compreendem o caixa e equivalentes de caixa, além dos títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes e contas a receber pela venda de controladas.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais, e;
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros, e;
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, conforme descrito acima, são classificados como ao valor justo por meio do resultado.

Os investimentos da Companhia são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que o Grupo tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Receitas financeiras" no período em que ocorrem.

Passivos financeiros

COGNA EDUCAÇÃO S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA OS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Compreendem empréstimos, financiamentos e debêntures, além de saldos a pagar a fornecedores e operações de risco sacado.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Impairment de ativos financeiros

O Grupo avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de créditos associados aos títulos de dívida registrados ao custo de amortização e ao valor justo por meio do resultado. A metodologia aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

Para os contas a receber de clientes, o Grupo reconhece as perdas esperadas a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis e conforme as faixas de vencimento dos títulos e rolagem entre as faixas, conforme descrito na nota explicativa 8 (c).

2.7. Contas a receber de clientes

Correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços pelo Grupo.

A receita é reconhecida quando o controle de um bem ou serviço é transferido a um cliente por valor igual ao preço estimado da transação, assim, o princípio de controle substituiu o princípio de riscos e benefícios.

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado, com o uso do método da taxa de juros efetiva, menos a provisão para “*impairment*”. A provisão para perdas é estabelecida desde o faturamento com base nas performances apresentadas pelas diversas linhas de negócio e respectivas expectativas de cobrança até 365 dias do vencimento.

O cálculo da provisão é baseado em estimativas de eficiência para cobrir potenciais perdas na realização das contas a receber, considerando sua adequação contra a performance dos recebíveis de cada linha de negócio consistente com a política de “*impairment*” de ativos financeiros ao custo amortizado.

Com relação ao PEP – Parcelamento Especial Privado - a Companhia constitui provisão para perda esperada relacionada aos recebíveis, utilizando o percentual de 50% da respectiva receita líquida, o qual reflete a melhor estimativa da administração quanto à futura inadimplência. Este percentual leva em consideração: a) a expectativa futura de perda para alunos com parcelamentos, que é superior à média dos alunos pagantes; e b) o percentual de evasão histórica de alunos.

2.8. Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, o que for menor. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel. O custo dos produtos acabados e dos produtos em

COGNA EDUCAÇÃO S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA OS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

elaboração compreende os custos de projetos, matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção.

A Companhia efetua provisão para perdas para os produtos acabados e matérias primas com baixa movimentação as quais são analisadas e avaliadas periodicamente quanto a expectativa de realização destes estoques. A Administração avalia periodicamente a necessidade de serem destruídos.

2.9. Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui o custo de aquisição, formação ou construção. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados à aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos a seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	<u>Anos</u>
Equipamentos de informática	4,4
Móveis, equipamentos e utensílios	10
Biblioteca	10
Edificações e benfeitorias	25

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. A Companhia revisou a vida útil de seus ativos e concluiu que as taxas de depreciação utilizadas são condizentes com suas operações em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

O valor contábil de um ativo será imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos na rubrica "Outras despesas (receitas) operacionais", na demonstração do resultado.

2.10. Intangível

a) Ágio

O ágio é representado pela diferença entre a contraprestação transferida e o valor justo de ativos líquidos identificáveis.

b) Programas de computador (software) e desenvolvimento de projetos internos

As licenças adquiridas de programas de computador são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são

COGNA EDUCAÇÃO S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA OS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

amortizados ao longo da vida útil estimada dos respectivos softwares.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software/projeto, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de software/projeto e uma parcela adequada das despesas diretas.

Os custos com desenvolvimento que não atendem aos critérios de capitalização são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesas não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos com o desenvolvimento de software/projeto reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis.

c) Marcas registradas

As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. As marcas registradas e as licenças adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. Posteriormente, as marcas e licenças, avaliadas com vida útil definida, são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das marcas registradas e das licenças durante sua vida útil estimada de 20 a 30 anos.

d) Licença de operação e parceira de polo

O polo é uma unidade operacional local que pode ser tanto próprio quanto de terceiros (parceiros) e tem a responsabilidade de oferecer a estrutura ao aluno em recursos audiovisuais, biblioteca e informática, de modo que suportem a prática do ensino à distância.

e) Relações contratuais com clientes

As carteiras de clientes, adquiridas em uma combinação de negócios, são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. As relações contratuais com clientes têm vida útil definida e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante a vida esperada da relação com o cliente.

f) Relações não contratuais com clientes

O relacionamento não contratual com clientes, ou carteira de alunos, representa um ativo intangível chave que é separável e com valor distinto dos ativos tangíveis adquiridos e do ágio. O Relacionamento não contratual com clientes tem vida útil definida de 13 anos e é contabilizado pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante a vida esperada da relação com o cliente.

2.11. “Impairment” de ativos não financeiros

Ativos que têm vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). As revisões de *impairment* do ágio são realizadas anualmente ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível *impairment*.

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação de *impairment*, esses ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC)). Para fins desse teste, o ágio é alocado para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, sendo: (i) Ensino superior presencial, (ii) Ensino superior a distância (EAD) e, (iii) Ensino Básico, segregados em K-12 e escolas e idiomas.

Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

2.12. Fornecedores (incluindo risco sacado)

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros.

Alguns fornecedores nacionais têm a opção de ceder recebíveis da Companhia, sem direito de regresso, para instituições financeiras de primeira linha. Através dessas operações, os fornecedores podem antecipar seus recebimentos com custos financeiros reduzidos, uma vez que as instituições financeiras consideram o risco de crédito da Companhia. A Companhia classifica estas operações em rubrica contábil específica denominada "Fornecedores – risco sacado". Nas demonstrações do fluxo de caixa, estes valores são alocados como atividade operacional, visto que tal transação tem caráter semelhante à de contas a pagar aos fornecedores.

2.13. Empréstimos, financiamentos e debêntures

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos, e são subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

São classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após as datas dos balanços.

2.14. Arrendamento por direito de uso

O Grupo possuía até 31 de dezembro de 2018 diversos arrendamentos operacionais que representavam a quase totalidade dos contratos de locação. Para os arrendamentos operacionais, os pagamentos efetuados (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) eram reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

Os arrendamentos financeiros que representavam uma pequena parcela dos contratos de arrendamento e que

COGNA EDUCAÇÃO S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA OS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

o Grupo detinha, substancialmente, todos os riscos e benefícios da propriedade, eram classificados como arrendamentos financeiros. Estes eram capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

A partir de 1º de janeiro de 2019, entretanto, a Companhia adotou o CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil, sendo que maiores detalhes desta operação, e seus respectivos impactos, estão apresentados na nota explicativa 2.26.1.

2.15. Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis

As provisões para perdas relacionadas a processos judiciais e administrativos trabalhistas, tributários e cíveis são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.16. Passivos assumidos na combinação de negócio

No contexto do CPC 15 - Combinação de negócios - a Companhia, com base nos relatórios dos seus assessores jurídicos e financeiros, provisiona os passivos assumidos na combinação de negócio. Estes são reconhecidos quando a Companhia encontra potenciais não conformidades em relação a práticas passadas de controladas adquiridas pela Companhia quanto ao cumprimento da legislação trabalhista, cível e tributária e relacionadas ao período que pertencia aos vendedores das empresas adquiridas.

A Companhia reconhece, contabilmente, as potenciais obrigações resultantes de eventos passados cujo valor justo possa ser razoavelmente mensurado, ainda que dependa da ocorrência de eventos futuros para que se materialize em contingências.

2.17. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

O resultado tributário do exercício compreende o Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL correntes e diferidos, calculado sobre o lucro apurado antes dos impostos e reconhecido na demonstração de resultado.

O IRPJ e CSLL são calculados com base na aplicação das alíquotas de 25% e 9% respectivamente, ajustado ao lucro real pelas adições e exclusões previstas na legislação. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e demais diferenças temporárias nos saldos dos ativos e passivos para fins fiscais e nas demonstrações financeiras. O ativo e passivo de imposto de renda e contribuição social diferido são registrados integralmente nas demonstrações financeiras, exceto, no caso do ativo, se não forem prováveis que lucros tributáveis futuros sejam realizados, nesse cenário, temos um limitador ao valor do ativo diferido a ser reconhecido. As alíquotas desses impostos,

COGNA EDUCAÇÃO S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA OS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

definidas atualmente, são de 25% para imposto de renda e 9% para contribuição social.

O imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legal de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando o imposto de renda e a contribuição social correntes e diferidos ativos e passivos se relacionam com o imposto de renda e a contribuição social incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributável, em que há intenção de liquidar os saldos em uma base líquida.

As entidades de ensino superior controladas pela Companhia estão inseridas no Programa Universidade para Todos - ProUni, que estabelece, através da Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, isenção de determinados impostos federais (PIS, COFINS, IRPJ e CSLL) as instituições de ensino superior que concedam bolsas de estudo integrais e parciais a alunos de baixa renda matriculados em cursos de graduação tradicional e graduação tecnológica.

Conforme facultado pela legislação tributária, certas controladas, cujo faturamento anual do exercício anterior tenha sido inferior a R\$78.000, optaram pelo regime de lucro presumido. Para essas empresas, a base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% e a da contribuição social à razão de 12% sobre as receitas brutas (32% quando a receita for proveniente da prestação de serviços e 100% das receitas financeiras), sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares do imposto de renda e da contribuição social.

2.18. Lucro por ação básico e diluído

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

O lucro diluído por ação é calculado ajustando-se à média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais que provocariam diluição. A Companhia tem opções de compra de ações com potenciais efeitos diluidores.

2.19. Benefícios a empregados

a) Programa de opção de compra de ações

O Grupo oferece aos administradores e empregados considerados estratégicos o programa de opção de ações. O valor justo das opções concedidas é reconhecido como despesa durante o período no qual o direito é adquirido, que representa o período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas. A contrapartida é registrada a crédito em reservas de capital - outorga de opções de ações no patrimônio líquido. Nas datas dos balanços, a Companhia revisa suas estimativas da quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos com base nas condições estabelecidas. O impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, é reconhecido na demonstração do resultado, prospectivamente.

b) Plano de outorga de ações restritas

Foi aprovado pelos acionistas da Companhia, em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 3 de setembro

de 2018, a criação de um Plano de Outorga de Ações Restritas como forma de incentivo ao incremento do desempenho e permanência dos administradores e/ou empregados da Companhia ou de outras empresas sob o seu controle direto ou indireto (nota explicativa 27.1).

2.20. Capital social

As ações ordinárias da Companhia são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opção são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

Quando qualquer controlada da Companhia compra ações do capital da própria Companhia (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos do imposto de renda), é deduzido do capital atribuível aos acionistas da Companhia até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando essas ações são subsequentemente reemitidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação, diretamente atribuíveis, e dos respectivos efeitos do IRPJ e da CSLL, é incluído no capital atribuível aos acionistas da Companhia.

2.21. Ações em tesouraria

Instrumentos patrimoniais próprios que são readquiridos (ações de tesouraria) e reconhecidos ao custo de aquisição e deduzidos do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios da Companhia.

2.22. Dividendos e juros sobre o capital próprio

A proposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio efetuada pela Administração da Companhia que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo circulante no grupo “Dividendos e juros sobre o capital próprio”, por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Companhia. Entretanto, a parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, declarada pela Administração após o período contábil a que se referem às demonstrações financeiras, mas antes da data de autorização para emissão das referidas demonstrações financeiras, será registrada quando do seu efetivo pagamento. Durante o exercício, o dividendo pago superior ao dividendo mínimo obrigatório está na linha de “dividendos adicionais propostos” no patrimônio líquido, sendo seus efeitos divulgados na nota explicativa 26.3.

2.23. Receita na venda de produtos e serviços

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida de impostos, devoluções, abatimentos e descontos e ajuste a valor presente, bem como após a eliminação das vendas entre empresas do Grupo.

Desde 01 de Janeiro de 2018, o CPC 47 / IFRS 15, estabelece um modelo de cinco etapas que se aplicam sobre a receita obtida a partir de um contrato com cliente, independentemente do tipo de transação da receita ou da indústria: (i) Quando as partes do contrato aprovarem o contrato e estiverem comprometidas em cumprir

COGNA EDUCAÇÃO S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA OS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

suas respectivas obrigações; (ii) Quando a entidade puder identificar os direitos de cada parte em relação aos bens ou serviços transferidos; (iii) Quando a entidade puder identificar os termos de pagamento para os bens ou serviços a serem transferidos; (iv) Quando o contrato possuir substância comercial, e; (v) Quando for provável que a entidade receberá a contraprestação a qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos ao cliente.

A seguir apresentamos as políticas adotadas nas receitas advindas das vendas de produtos (livros, publicações, conteúdos de assinaturas), e também nas vendas de serviços (cursos de ensino superior presencial, ensino superior EAD, educação básica):

a) Venda de produtos

A receita pela venda de produtos é reconhecida quando (ou à medida que) satisfazer a obrigação de desempenho ao transferir o bem prometido ao cliente, podendo ser em momento específico seu reconhecimento ou ao longo do contrato. A Companhia adota como política de reconhecimento de receita a data em que o produto é entregue ao comprador.

Os recebimentos antecipados de venda de coleções didáticas são registrados na rubrica “Adiantamentos de clientes” e reconhecidos na entrega do material.

b) Venda de serviços

A receita da Companhia consiste principalmente na prestação de serviços de cursos de ensino superior (graduação) e é reconhecida tendo como base os serviços realizados até a data de encerramento do balanço. As seguintes condições são observadas quando do reconhecimento da receita dos contratos dos alunos, conforme a forma de pagamento do serviço: (i) a existência de um contrato válido e assinado; (ii) o valor dos serviços é facilmente identificável e, (iii) é provável que a entidade receberá a contraprestação dos serviços prestados.

As mensalidades dos cursos e os respectivos descontos variam de acordo com o curso, a unidade ou o termo acadêmico. São cobradas seis mensalidades a cada semestre, sendo a primeira considerada usualmente como matrícula. O vínculo dos alunos acontece sempre em períodos semestrais e a renovação por parte do aluno acontece dependendo do atendimento das obrigações acadêmicas e contratuais, no final do semestre letivo.

Os alunos FIES (Programa de Financiamento Estudantil), que possuem contratos financiados no âmbito desse programa governamental, necessitam realizar a validação e aditamento do contrato junto ao FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento de Educação). A Companhia realiza procedimentos adicionais de validação e conferência, inclusive, mas não se limitando, ao acompanhamento do status do processo de aditamento dos contratos dos alunos no SisFies (Sistema Informatizado do FIES), com a finalidade de garantir que ocorrerá o recebimento das parcelas de forma normal e recorrente. Adicionalmente, o aluno assina um contrato de prestação de serviços educacionais com a Instituição Educacional (universidade ou faculdade) e, em caso de inadimplência, esta pode efetuar a cobrança diretamente ao aluno.

Para as mensalidades dos cursos de educação à distância – EAD, é repassado ao polo parceiro que ministra as aulas tele presenciais um percentual entre 25% e 36%, que varia de acordo com o tamanho das turmas operadas e possui regras específicas que podem variar para cada polo. O acordo contratual entre as controladas e o polo é uma operação em conjunto e estabelece os direitos das partes integrantes sobre as

COGNA EDUCAÇÃO S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA OS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

respectivas receitas e as obrigações pelas respectivas despesas, dessa forma, a receita é reconhecida apenas sobre parcela referente à participação da Companhia e suas controladas. No momento do recebimento da mensalidade do aluno é criado contas a pagar para os polos parceiros.

A receita com prestação de serviços e de educação básica, substancialmente da mensalidade de colégios e cursos de idiomas e preparatórios e é reconhecida pelo prazo de duração dos mesmos.

O polo é uma unidade operacional local que pode ser tanto própria quanto de terceiros (parceiros) e tem a responsabilidade de oferecer a estrutura ao aluno em recursos audiovisuais, biblioteca e informática, de modo que suportem a prática do ensino à distância.

c) Receita de royalties

A receita de royalties é reconhecida pelo regime de competência conforme a essência dos contratos aplicáveis.

No Grupo, esta receita refere-se substancialmente aos contratos de franquia mantidos pela controlada Red Balloon com sua rede de franqueados.

2.24. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem, principalmente:

- Receita de juros sobre mensalidades dos alunos;
- Despesa de juros proveniente de empréstimos e debentures contraídos;
- Ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

As receitas são reconhecidas conforme a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Ao reconhecer um ativo financeiro, o mesmo é mensurado a valor justo por meio do resultado (sendo aplicável aos títulos e valores mobiliários), ou por meio do custo amortizado (aplicável aos demais ativos financeiros da Companhia). No caso dos passivos financeiros, estes serão mensurados ao custo amortizado.

2.25. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data da mensuração, no mercado primário ou, na sua falta, no mais vantajoso mercado ao qual a Companhia tenha acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete seu risco de não desempenho, o que inclui, entre outros, o risco de crédito do próprio negócio.

Se não houver preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em consideração ao precificar uma transação. Se um ativo ou passivo mensurado pelo valor justo tiver um preço de compra e venda, o Grupo mede os ativos com base nos preços de compra e no passivo com base nos preços de venda. Um mercado é considerado ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrerem com frequência e volume suficientes para fornecer informações sobre preços continuamente.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é geralmente o preço

da transação, ou seja, o valor justo da contraprestação dada ou recebida. Se o Negócio determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado por um preço cotado em um mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico ou por uma técnica de avaliação para a qual qualquer valor não observável. Como os dados são considerados insignificantes em relação à mensuração, o instrumento financeiro é inicialmente mensurado pelo valor justo, ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Essa diferença é subsequentemente reconhecida na demonstração combinada do resultado ou outro resultado abrangente de forma adequada ao longo da vida útil do instrumento, ou até o momento em que sua avaliação seja totalmente suportada por dados observáveis de mercado ou a transação seja fechada, o que ocorrer primeiro.

Para fornecer uma indicação sobre a confiabilidade dos dados utilizados na determinação do valor justo, a Companhia classificou seus instrumentos financeiros de acordo com os julgamentos e estimativas dos dados observáveis, tanto quanto possível. A hierarquia do valor justo baseia-se no grau em que o valor justo é observável usado nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: As mensurações do valor justo são aquelas derivadas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- Nível 2: As mensurações do valor justo são aquelas derivadas de insumos que não os preços cotados incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e
- Nível 3: As mensurações do valor justo são aquelas derivadas de técnicas de avaliação que incluem entradas para o ativo ou passivo que não são baseadas em dados observáveis de mercado (entradas não observáveis).

2.26. Adoção de novas normas

2.26.1. CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil

A nova norma substitui a IAS 17 – “Operações de Arrendamento Mercantil”, e correspondentes interpretações, trouxe alterações significativas para arrendatários, ao requerer que estes passem a reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso dos ativos arrendados para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais. Podem ficar fora do escopo dessa nova norma apenas determinados contratos de curto prazo ou de baixo valor.

Neste cenário, os arrendamentos contratados impactaram as informações financeiras conforme apresentado a seguir:

- a) reconhecimento de ativos de direito de uso e de passivos de arrendamento no balanço patrimonial consolidado, inicialmente mensurados pelo valor presente dos pagamentos mínimos futuros do arrendamento;
- b) reconhecimento de despesas de depreciação de ativos de direito de uso e despesas de juros sobre passivos de arrendamento na demonstração consolidada do resultado; e
- c) separação do montante total de caixa pago nestas operações entre principal (apresentada dentro das

COGNA EDUCAÇÃO S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA OS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

atividades de financiamento) e juros (apresentados nas atividades operacionais) na demonstração consolidada dos fluxos de caixa.

Conforme facultado, arrendamentos de curto prazo (prazo de locação de 12 meses ou menos) e arrendamentos de ativos de baixo valor (como computadores pessoais e móveis de escritório), mantiveram o reconhecimento de suas despesas de arrendamento em bases lineares nas demonstrações do resultado do exercício, conforme permitido pelo IFRS 16 / CPC 16 (R2).

Por outro lado, os requisitos para a contabilização de arrendadores permaneceram praticamente inalterados, exceto em casos de subarrendamento. Nestes, o arrendador intermediário foi requerido a classificar suas operações de sublocação como arrendamentos financeiros ou operacionais tomando como referência o ativo de direito de uso decorrente do arrendamento principal, e não mais por referência ao ativo subjacente como estipulado anteriormente pela IAS 17.

Adicionalmente, com relação ao prazo de arrendamento, a entidade necessitou determina-lo como prazo não cancelável do arrendamento, juntamente com: (i) períodos cobertos por opção de prorrogar o arrendamento, se o arrendatário estivesse razoavelmente certo de exercer essa opção, e; (ii) períodos cobertos por opção de rescindir o arrendamento, se o arrendatário estivesse razoavelmente certo de não exercer essa opção.

Como método de transição ao novo pronunciamento a Administração optou pela abordagem retrospectiva modificada, com o efeito cumulativo de sua aplicação inicial registrado como ajuste ao saldo de abertura do patrimônio líquido e sem a reapresentação de períodos comparativos. Deste modo, todos os saldos relacionados ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 seguiram apresentados conforme as prerrogativas existentes nas políticas contábeis anteriormente vigentes (IAS 17).

No processo de transição, optou-se por não utilizar o expediente prático que permite não reavaliar se um contrato é ou contém um arrendamento. Consequentemente, as definições de arrendamento contidas na IFRS 16 foram aplicadas a todos os contratos vigentes na data de transição. A mudança na definição de um arrendamento refere-se principalmente ao conceito de controle, onde a IFRS 16 determinou que a avaliação de se um contrato contém um arrendamento deve ser realizada com base no fato de o cliente ter o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

Para tal, a Administração da Companhia, com o auxílio de especialistas, efetuou a identificação dos contratos (inventário dos contratos), avaliando, se, contém, ou não, arrendamento de acordo com o IFRS 16 / CPC 06 (R2). Esta análise identificou impactos principalmente relacionados às operações de arrendamento de imóveis locados de terceiros, e valores menos representativos advindos de outras operações onde identificamos a existência de ativos arrendados individualmente ou combinados em contratos de serviços.

Adicionalmente, os seguintes expedientes práticos foram utilizados para a transição aos novos requerimentos de contabilização de arrendamentos:

- Utilização de uma única taxa de desconto à cada carteira de arrendamentos com características razoavelmente similares. Neste sentido, obteve-se a taxa incremental de captação, mensurada em 01 de janeiro de 2019, aplicável a cada uma das carteiras de ativos arrendados. Através desta metodologia a Companhia obteve uma taxa média ponderada de 9,81%;

COGNA EDUCAÇÃO S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA OS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- Não foi realizado o reconhecimento contábil daqueles contratos com prazo de encerramento dentro do período de 12 meses a partir da data da aplicação inicial da nova norma;
- Exclusão dos custos diretos iniciais da mensuração do saldo inicial do ativo de direito de uso; e
- Utilização de percepção tardia para determinação do prazo do arrendamento, naqueles casos onde o contrato contém opções de prorrogação ou rescisão.

(a) Impactos ao resultado da Companhia

Adicionalmente, a tabela abaixo sumariza os impactos contábeis da adoção deste pronunciamento contábil à Demonstração do Resultado do Exercício em 31 de dezembro de 2019:

	Consolidado
	31/12/2019
Demonstração dos Resultados do Período	
Depreciação e Amortização	(258.497)
Despesas financeiras	(395.459)
Receitas financeiras	878
Outros ganhos e perdas	35.432
	(617.646)
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos	(13.959)
	(631.605)
Valores de alugueis pagos no período	518.985
Impacto no resultado decorrente nova política	(112.620)

(b) Impactos ao ativo, passivo e patrimônio líquido da Companhia

O quadro abaixo demonstra os impactos da adoção inicial do CPC 06(R2) / IFRS 16 nas informações contábeis intermediárias em 01 de janeiro de 2019:

	Divulgado	Adoção do CPC 06	Consolidado
	31/12/2018	(R2) / IFRS 16	Saldo em
	(Reapresentado nota 2.1)		01/01/2019
Ativo circulante			
Contas a Receber	1.940.313	794	1.941.107
Ativo não circulante			
Contas a Receber	694.283	8.275	702.558
Imobilizado	2.494.528	3.436.230	5.930.758
Impostos Diferidos	748.501	107.115	855.616
Total do ativo	5.877.625	3.552.414	9.430.039
Passivo circulante			
Arrendamentos a Pagar	-	137.307	137.307
Passivo não circulante			
Arrendamentos a Pagar	-	3.618.270	3.618.270
Impostos Diferidos	879.977	-	879.977
Total do Passivo	879.977	3.755.577	4.635.554
Patrimônio Líquido			
Lucros Acumulados	5.287.505	(203.163)	5.084.342
Total do Patrimônio Líquido	5.287.505	(203.163)	5.084.342

COGNA EDUCAÇÃO S.A. E CONTROLADAS**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA OS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia procedeu uma reavaliação dos prazos contratuais e períodos de renovação por contrato de forma a considerar os aspectos dos artigos 51 e 53 da Lei do Inquilinato e os impactos estão considerados na coluna de “adoção do CPC 06 (R2) / IFRS 16”. Vale mencionar que os cálculos foram feitos desde a adoção inicial.

(c) Ofício circular /CVM/SNC/SEP n.º 02/2019

Em 18 de dezembro de 2019, a CVM emitiu um ofício circular (“Ofício/Circular/CVM/SNC/SEP/nº 02/2019”) contendo orientações sobre aspectos relevantes do CPC 06 (R2) / IFRS 16 a serem observados na preparação das demonstrações financeiras das companhias arrendatárias para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

De acordo com a CVM, as demonstrações financeiras intermediárias de 2019 das companhias listadas apresentaram diferenças com relação à aplicação do IFRS 16. Portanto, a CVM emitiu orientações que devem ser seguidas pelas companhias listadas. Duas das questões abordadas nas orientações referem-se a (i) a alteração da taxa de empréstimo incremental de real para a taxa nominal e (ii) a inclusão de impostos sobre vendas (PIS e COFINS) no cálculo dos passivos de arrendamento mercantil, que impactaram a mensuração do passivo de arrendamento mercantil, direito de uso, amortização e despesa de juros. A aplicação desta nova orientação contábil representa uma nova política contábil.

Em atendimento ao Ofício Circular/CVM/SNC/SEP/ nº 02/2019, a Companhia apresenta os saldos comparativos do passivo de arrendamento, do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de depreciação, considerando o efeito da inflação futura projetada nos fluxos dos contratos de arrendamento, descontados pela taxa nominal. O montante relacionado aos compromissos futuros, assim como maiores detalhamentos estão apresentados na nota explicativa 18:

Descrição	Saldos registrados - IFRS 16 / CPC 06 (R2) (*)	Fluxo com projeção de inflação	Variação em R\$	Variação em %
Direito de uso líquido	3.580.846	4.259.984	679.138	19,0%
Passivo de arrendamento	4.021.474	4.696.566	675.092	16,8%
Despesa financeira	394.581	335.695	(58.886)	-14,9%
Despesa de depreciação	258.497	305.859	47.362	18,3%
Contas a receber de subarrendamento	31.769	36.196	4.427	13,9%

(*) conforme saldo contabilizado nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2019

O quadro a seguir demonstra o direito potencial de PIS/COFINS a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento, conforme os períodos previstos para pagamento:

Fluxos de Caixa	Em 31 de dezembro de 2019	
	Consolidado	
	Nominal	Ajustado a valor presente
Contraprestação a pagar	8.566.107	4.021.474
PIS/COFINS potencial (3,65%)	(302.310)	(140.994)
	8.263.797	3.880.480

2.26.2. ICPC 22 / IFRIC 23 – Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

O ICPC 22 (IFRIC 23) foi publicado com o objetivo de esclarecer os critérios contábeis para o reconhecimento, mensuração e divulgação de tributos sobre os lucros na existência de incertezas no que diz respeito à aplicação da legislação tributária, os quais não estavam claros os procedimentos a serem aplicados no CPC 32 ou no CPC 25, ficando a cargo muitas vezes de aplicação de critérios diferentes entre as empresas, o que dificultava a comparabilidade das demonstrações financeiras.

Descrevemos abaixo os principais esclarecimentos trazidos pela norma:

(i) Determinação do lucro tributável

A entidade deve considerar a probabilidade de que a autoridade fiscal aceite o tratamento fiscal incerto. Se a entidade concluir que é provável que a autoridade fiscal aceite o tratamento fiscal incerto, a entidade deve determinar o lucro tributável (prejuízo fiscal), base fiscal, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados ou alíquotas fiscais consistentemente com o tratamento fiscal utilizado ou planejado para ser utilizado em sua declaração de tributos sobre o lucro.

Se a entidade concluir que não é provável que a autoridade fiscal aceite o tratamento fiscal incerto, a entidade deve refletir o efeito da incerteza na determinação do respectivo lucro tributável (prejuízo fiscal), base fiscal, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais para fins de definição dos reflexos contábeis.

(ii) Mensuração dos efeitos das incertezas

A entidade deve determinar se deve considerar cada tratamento fiscal incerto separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos fiscais incertos, com base na abordagem que melhor estima a resolução da incerteza, bem como deve refletir o efeito da incerteza para cada tratamento fiscal incerto, utilizando um dos seguintes métodos, optando pelo que forneça a melhor previsão da resolução da incerteza:

- a) Valor mais provável – o único valor mais provável em um conjunto de resultados possíveis. O valor mais provável pode fornecer a melhor previsão da resolução da incerteza se os resultados possíveis forem binários ou estiverem concentrados em um valor;
- b) Valor esperado – a soma de valores de probabilidade ponderada na faixa de resultados possíveis. O valor esperado pode fornecer a melhor previsão da resolução da incerteza se houver um conjunto de resultados possíveis que não são nem binários nem concentrados em um valor.

(iii) Exame por autoridades fiscais

A entidade deve assumir que a autoridade fiscal examinará os valores que tem direito de examinar e tenha pleno conhecimento de todas as informações relacionadas ao realizar esses exames.

Portanto, o risco da entidade estar ou não sujeita a fiscalização (“risco de detecção”) não deve ser levado em consideração para fins de reconhecimento do tratamento fiscal incerto.

COGNA EDUCAÇÃO S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA OS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iv) Mudanças em fatos e circunstâncias

A entidade deve refletir o efeito da mudança em fatos e circunstâncias ou de novas informações, como uma mudança na estimativa contábil, aplicando o CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. A entidade deve aplicar o CPC 24 – Evento Subsequente para determinar se a mudança ocorrida após o encerramento do período contábil é evento que requer ajustes ou não.

(v) Data de vigência e transição

A vigência da aplicação é para períodos de relatórios anuais iniciados em 01 de janeiro de 2019.

Quanto ao período de transição, a entidade deve aplicar a norma:

- (a) retrospectivamente, aplicando o CPC 23, se isso for possível sem o uso de fatos e conhecimentos posteriores; ou
- (b) retrospectivamente, com o efeito cumulativo de aplicar inicialmente esta Interpretação reconhecida na data da aplicação inicial. Se a entidade escolher essa abordagem de transição, ela não deve refazer as informações comparativas. Em vez disso, a entidade deverá reconhecer o efeito cumulativo de aplicar inicialmente esta Interpretação como ajuste ao saldo de abertura de lucros acumulados (ou outro componente do patrimônio líquido, conforme apropriado). A data da aplicação inicial é o início do período de relatório anual em que a entidade aplica esta Interpretação pela primeira vez.

O Grupo Cogna optou pela regra de transição prevista no item “b” com ajuste no saldo de abertura de lucros acumulados, sem refazer as informações comparativas.

(vi) Resumo dos impactos ao Grupo

A conclusão da avaliação quanto aos potenciais impactos decorrentes da aplicação do ICPC 22 (IFRIC 23) a partir do exercício de 2019 é a seguinte:

- a) Houveram impactos decorrentes da aplicação do ICPC 22 (IFRIC 23), sendo: (i) para a incerteza relacionada a dedutibilidade da despesa com PLR relativa aos valores pagos aos administradores, R\$ 39.730, sendo: R\$ 38.243 registrado no patrimônio líquido, e R\$ 1.487 registrado no resultado do exercício, e; (ii) para a incerteza relacionada a dedutibilidade sobre as alocações do ágio nas aquisições de controladas no montante de R\$ 36.877, sendo este valor alocado integralmente ao resultado do exercício. O montante destes impactos totaliza R\$ 76.607, conforme apresentado na nota explicativa 23.2;
- b) Não houveram impactos da aplicação da norma aos processos administrativos e judiciais em discussão com as autoridades fiscais.

2.26.3. CPC 48 / IFRS 9 – Recurso de pagamento antecipado com compensação negativa

De acordo com o CPC 48 (IFRS 9), um instrumento de dívida pode ser mensurado ao custo amortizado ou pelo valor justo por meio de resultado se os pagamentos de principal e os instrumentos forem mantidos no modelo de negócio adequado para esta classificação. As alterações ao CPC 48 (IFRS 9) esclarecem que um ativo financeiro cumpre o critério de SPPI independentemente do evento ou circunstância que cause a rescisão

antecipada do contrato e independentemente da parte que paga ou recebe uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato.

Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

2.27. Novas normas, alterações e interpretações emitidas e ainda não aplicáveis

As seguintes normas entrarão em vigor em período posterior à emissão das Demonstrações Financeiras:

2.27.1. CPC 00 (R2) – Estrutura conceitual para relatório financeiro (*Conceptual Framework*)

Em março de 2018, o IASB emitiu a revisão da Estrutura Conceitual (*Conceptual Framework*) e as principais alterações se referem a: definições de ativo e passivo; critérios para reconhecimento, baixa, mensuração, apresentação e divulgação para elementos patrimoniais e de resultado.

Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2020 e os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos durante o exercício de 2020.

2.27.2. CPC 50 / IFRS 17 – Contratos de seguros

Este pronunciamento substituirá a norma atualmente vigente CPC 11 / IFRS 4, após processo de revisão da norma internacional realizado pelo IASB. O objetivo do CPC 50 – Contratos de seguro é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes, que representem de forma fidedigna a essência destes contratos, por meio de um modelo de contabilidade consistente.

Este pronunciamento é aplicável aos períodos de relatório anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2021.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Na preparação das demonstrações financeiras, a Companhia adota estimativas e julgamentos contábeis, os quais são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores incluindo expectativas de eventos futuros consideradas razoáveis e relevantes para as circunstâncias. Com base nestas premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro e que podem resultar diferentes aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidades de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social estão descritas a seguir:

- a) **Avaliação da existência de perda (“*impairment*”) nos ágios, definição de UGCs e período de orçamento financeiro**

COGNA EDUCAÇÃO S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA OS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Anualmente, o Grupo testa eventuais perdas (*impairment*) no ágio, de acordo com a política contábil apresentadas na Nota 2.11. Os valores recuperáveis de UGCs foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas.

As premissas do modelo de longo prazo utilizado no cálculo do teste de *impairment* foram apreciadas e aprovadas pela Administração, assim como as taxas utilizadas. Os cálculos e o teste de *impairment*, em si, foram elaborados pela administração, seguindo as normativas contábeis.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O método do passivo (conforme o conceito descrito na IAS 12 - "*Liability Method*") de contabilização do imposto de renda e contribuição social diferido é usado para as diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e os respectivos valores fiscais. O montante do imposto de renda e contribuição social diferido ativo é revisado na data de cada balanço e reduzido ao montante que não seja mais realizável por meio de lucros tributáveis futuros. Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas fiscais aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas para determinação dos ativos fiscais diferidos (conforme nota explicativa 25).

c) Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis

O Grupo é parte em diversos processos judiciais e administrativos e constitui provisão para todos os processos judiciais cuja expectativa de perdas seja provável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, entre elas a opinião dos consultores jurídicos, internos e externos, do Grupo e suas controladas. Adicionalmente o Grupo também constitui provisão para os processos judiciais com expectativa de perda possível decorrente as combinações de negócios, conforme descrito nas notas 2.15 e 23.3. A Administração acredita que essa provisão é suficiente e está corretamente apresentada nas demonstrações financeiras.

d) Provisão para perda esperada

Conforme descrito na nota explicativa 2.7, a Companhia efetua análises do contas a receber de mensalidades e outras operações, considerando os riscos envolvidos, e registra provisão para cobrir potenciais perdas na sua realização, conforme apresentado na nota explicativa 8 (c).

e) Determinação do ajuste a valor presente de determinados ativos e passivos

Para determinados ativos e passivos que fazem parte das operações da Companhia, a Administração avalia e reconhece na contabilidade os efeitos de ajuste a valor presente levando em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associadas.

f) Estoques – Provisão para obsolescência de estoque

A Grupo adota como critério para provisionamento de obsolescência de estoque o *aging* de produção, por entender que este critério é mais aderente ao seu modelo de negócio. Por este conceito, uma provisão para perda de estoque por obsolescência é realizada conforme os períodos a seguir apresentados: (i) produzido há

COGNA EDUCAÇÃO S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA OS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

mais de 13 meses e até 24 meses – 50% do valor do estoque; (ii) produzido entre 25 e 36 meses – 80% do valor do estoque; e (iii) produzido há mais de 36 meses – 100% do valor de estoque (nota explicativa 9).

g) Reconhecimento de receita

Para determinar o momento em que os cinco critérios para reconhecimento de receita, descritos na nota 2.23, são atingidos, a Administração exerce seu julgamento principalmente para os títulos referentes a alunos com financiamentos como PEP e FIES.

Adicionalmente, como descrito na nota 2.23, para mensalidades dos cursos de educação à distância – EAD, a Companhia reconhece apenas a receita sobre parcela referente à sua participação.

h) Alocação de preço de aquisição – Combinação de negócios e tratamento contábil dos compromissos assumidos para aquisição de participação remanescentes de não controladores

Durante o processo de alocação do preço de aquisição em uma combinação de negócios, a administração utiliza premissas (taxa de crescimento, projeções, taxa de desconto, vida útil, entre outros) as quais envolvem um nível significativo de estimas e julgamentos.

A Administração avaliou o tratamento contábil relacionado com o compromisso para aquisição de participação de acionistas não controladores (OPA), como descrito na nota explicativa 4.1. A conclusão é de que se trata de obrigação legal/estatutária sendo, dessa forma, reconhecida quando da adesão desses acionistas.

4. Combinações de negócios

4.1 Aquisição Somos

Conforme apresentado na nota explicativa 1, em 23 de abril de 2018 a Companhia anunciou a celebração do Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças para compra e venda de participação societária representando o controle da Somos Educação S.A. (“Somos”) através da compra de 73,35% de seu capital votante. O contrato foi assinado entre, como compradora, Saber Serviços Educacionais Ltda., sociedade indiretamente controlada pela Cogna e, de outro lado, determinados fundos de investimentos geridos pela Tarpon Gestora de Recursos S.A. os quais eram os acionistas controladores da Somos. A operação foi aprovada sem restrições pelo CADE, e seu fechamento aconteceu em 11 de outubro. Com a Somos, passamos a ofertar um portfólio de soluções educacionais completo e integrado, que conta com produtos e serviços de qualidade diferenciada em todos os segmentos da Educação Básica. Disponibilizamos soluções de conteúdos com autores renomados e professores de excelência, sempre primando por um relacionamento de longo prazo com escolas parceiras. Nossas marcas são reconhecidas e referências em suas regiões, e nossa capilaridade é nacional. Oferecemos plataformas tecnológicas de apoio ao ensino, ao engajamento do aluno, serviços de formação de professores e assessoria pedagógica. Temos ainda uma capacidade enorme de geração e análise de dados (big data), promovendo inteligência para identificar e viabilizar oportunidades de crescimento e qualidade.

Em 07 de maio de 2019, foi realizado o leilão da OPA. Os resultados, após à confirmação oficial pela B3, demonstraram que a Saber adquiriu 69.423.445 ações ordinárias de emissão da Somos, equivalentes a 26,48% de seu capital social, ao preço de R\$ 24,55 por ação, sendo R\$ 22,13 referente à parcela à vista (R\$ 21,37 atualizado pela taxa SELIC desde 11 de outubro de 2018 até a data de liquidação) e R\$ 2,42 referente à parcela

COGNA EDUCAÇÃO S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA OS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

retida (R\$ 2,34 atualizado pela taxa SELIC desde 11 de outubro de 2018 a liquidação financeira da OPA, 10 de maio de 2019) ("Preço da Oferta").

Após a liquidação, portanto, a Saber passou a ser titular, direta e indiretamente, de 261.698.903 ações ordinárias de emissão da Somos, o que representa aproximadamente 99,84% do seu capital social.

Considerando que a quantidade de ações adquiridas pela Saber no leilão superou o montante mínimo necessário ao cancelamento do registro de companhia aberta da Somos, que é de 2/3 das ações em circulação habilitadas no leilão, a Somos deu prosseguimento aos atos necessários ao seu respectivo cancelamento de registro.

Com isso, em 22 de maio de 2019, a Somos comunicou a seus acionistas e ao mercado em geral que recebeu nesta data o Ofício nº 164/2019/CVM/SEP/GEA-1, por meio do qual a CVM comunicou o deferimento do cancelamento de registro da Somos como emissora de valores mobiliários na categoria A, em vista do cumprimento de todas as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

Nesse sentido, a partir desta data, a Somos passa a ser uma companhia fechada e as ações de sua emissão deixam de estar listadas para negociação na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ou em qualquer outro mercado organizado.

Por fim, em 11 de junho de 2019, a Somos comunicou a seus acionistas, na forma prevista no § 5º do artigo 4º da Lei 6404/76 e de acordo com a deliberação aprovada em Assembleia Geral Extraordinária, que procedeu ao pagamento do valor de resgate de até 378.807 ações ordinárias de sua própria emissão em circulação, equivalentes a aproximadamente 0,16% do total de ações emitidas, representando a totalidade das ações ordinárias remanescentes com os acionistas minoritários após o leilão no âmbito da oferta pública ("OPA"), formulada pela Saber Serviços Educacionais S.A.. O valor total de até R\$ 24,76 (vinte e quatro reais e setenta e seis centavos) por ação, correspondente ao preço de tais ações pago no leilão da OPA, atualizadas desde a data de liquidação da OPA pela variação do índice referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia do Banco Central do Brasil *pro rata temporis* até o dia 26 de junho de 2019, sendo tal valor composto por: (i) uma parcela à vista de R\$ 22,32 por ação ("Parcela à Vista"), e (ii) uma parcela da oferta retida de R\$ 2,44 por ação ("Parcela Retida").

A seguir apresentamos as movimentações registradas nos balanços patrimoniais:

	Consolidado
Parcela de não controladores a valor justo (i)	1.575.195
Parcela retida de minoritários (<i>escrow deposit</i>)	168.921
Ganho em transação entre acionistas	(29.333)
Valor pago OPA	1.714.783

(i) Com base em 69.853.431 ações pertencentes a Somos Educação S.A na data de aquisição, mensurados ao valor justo de R\$ 22,55.

Durante o último trimestre de 2019, e ainda dentro do prazo de um ano permitido pela lei, a administração concluiu o processo de alocação do excesso do preço de aquisição sobre o valor justo dos ativos e passivos e, conforme IFRS 3 / CPC 15 (R1), revisou as alocações preliminares, conforme apresentado a seguir:

COGNA EDUCAÇÃO S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA OS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Alocação Preliminar 30/06/19	Revisão final	Alocação Final
Ativos líquidos	(408.875)	177.229	(231.646)
Preço de aquisição	4.566.542	1.714.783	6.281.325
	4.157.667	1.892.012	6.049.679
Passivos assumidos	2.600.630	(330.324)	2.270.306
Parcela retida do preço de aquisição	(450.000)	(168.921)	(618.921)
Parcela de acionistas não controladores	1.575.195	(1.575.195)	-
Excesso do preço de aquisição sobre o valor justo classificado como ágio	7.883.492	(182.428)	7.701.064
Destinação do ágio			
Goodwill	5.899.506	(186.747)	5.712.759
Marca	1.668.665	(247.873)	1.420.792
Carteira de clientes	105.552	64.598	170.150
Carteira de clientes - não contratual	1.234.504	193.848	1.428.352
Estoque mais valia	63.369	2.630	65.999
Imobilizado mais valia	8.884	(8.884)	-
Baixa de ativos intangíveis da adquirida			
Goodwill	(879.569)	-	(879.569)
Marca	(372.562)	-	(372.562)
Carteira de clientes	(239.597)	-	(239.597)
IR/CS diferidos sobre intangíveis	394.740	-	394.740
Total do Patrimônio Líquido	7.883.492	(182.428)	7.701.064

4.2 Aquisição da Faculdade Metropolitana

Em 21 de janeiro de 2019, a EDE concluiu a aquisição da totalidade das quotas representativas de 100% do capital social do Centro de Ensino Superior de Marabá Ltda. ("CEMAR"), Centro de Ensino Superior de Parauapebas Ltda. ("CEPAR") e Centro de Ensino Superior de Paragominas Ltda. ("CESUPAR") em conjunto "Faculdade Metropolitana". O principal objetivo da aquisição é seguir o plano de expansão no setor de ensino superior da Companhia.

Apresentamos a seguir, na forma sumarizada, os principais grupos de contas do balanço patrimonial, na data de aquisição:

	CEMAR	CEPAR	CESUPAR	Faculdade Metropolitana
Ativo circulante	2.520	2.064	672	5.256
Ativo não circulante	19.131	544	793	20.468
Total do ativo	21.651	2.608	1.465	25.724
Passivo circulante	1.968	237	203	2.408
Passivo não circulante	16.880	-	-	16.880
Total do passivo	18.848	237	203	19.288
Patrimônio líquido	2.803	2.371	1.262	6.436
Total do passivo e patrimônio líquido	21.651	2.608	1.465	25.724
Passivos Líquidos	(2.803)	(2.371)	(1.262)	(6.436)
Preço de Aquisição	30.000	17.000	13.000	60.000
Ajuste a valor presente	(2.195)	(1.244)	(951)	(4.390)
Excesso do preço de aquisição sobre o valor justo	25.002	13.385	10.787	49.174

COGNA EDUCAÇÃO S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA OS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

4.3 Aquisições realizadas em 2018

As aquisições efetuadas durante o segundo semestre de 2018 (Colégio Lato Sensu, Bacabal Mearim Sistemas de Ensino e Sociedade Educacional da Paraíba Ltda.), tiveram a alocação do ágio efetuada de forma preliminar durante o exercício de 2018. Não houve alteração relevante em relação aos valores divulgados nas demonstrações financeiras no exercício findo de 31 de dezembro de 2018.

5. Gestão de riscos financeiros

5.1. Considerações gerais e políticas

A administração dos riscos e a gestão dos instrumentos financeiros são realizadas por meio de políticas, definições de estratégias e implementação de sistemas de controle, sendo definidos pelo Conselho de Administração da Companhia. A aderência das posições de tesouraria em instrumentos financeiros é apresentada e avaliada mensalmente pelo Comitê de Tesouraria da Companhia e posteriormente submetida à apreciação dos Comitês de Auditoria e Executivo e do Conselho de Administração.

Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros foram determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas para cada situação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas aqui apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes informações de mercado e/ou metodologias de avaliação poderá ter um efeito relevante no montante do valor de mercado.

Abaixo apresentamos os valores justos dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2019:

Hierarquia do valor justo		Controladora		Consolidado	
		31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Ativo - Custo amortizado					
Caixa e equivalentes de caixa	-	95	10.057	371.683	1.485.611
Contas a receber	-	-	20	3.341.216	2.634.596
Contas a receber na venda de controladas	-	-	-	389.693	494.405
Outros créditos	-	217	179	193.871	209.062
		312	10.256	4.296.463	4.823.674
Ativo - Valor justo por meio do resultado					
Títulos e valores mobiliários	1	4.103	-	471.390	1.109.959
		4.103	-	471.390	1.109.959
Passivo - Custo amortizado					
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	692	55.116
Debêntures	-	7.859.984	-	8.083.873	7.628.506
Fornecedores	-	447	482	537.430	474.980
Fornecedores risco sacado	-	-	-	341.656	391.974
Contas a pagar - aquisições	-	-	-	283.236	325.797
Demais contas a pagar	-	175.561	98	147.793	99.081
		8.035.992	580	9.394.680	8.975.454

COGNA EDUCAÇÃO S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA OS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os ativos e passivos financeiros da Companhia estão registrados nas contas patrimoniais por valores compatíveis àqueles praticados no mercado.

5.2. Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia estão expostas a riscos financeiros de mercado, de crédito e de liquidez. A Administração da Companhia e o Conselho de Administração supervisionam a gestão desses riscos em alinhamento com os objetivos na gestão de capital:

a) Política de utilização de instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não possui nenhuma transação com derivativos.

b) Risco de mercado – risco de fluxo de caixa associado à taxa de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade de o Grupo incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures captados no mercado e contas a pagar a terceiros por aquisições parceladas. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado, com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para se proteger do risco de volatilidade dessas taxas.

As taxas de juros contratadas são demonstradas a seguir:

	Consolidado		
	31/12/2019	31/12/2018	Taxa de Juros
Empréstimos e financiamentos	692	55.116	9,41% a.a.
Debêntures	7.971.068	7.519.865	100% CDI + juros de 0,75% a 1,7% a.a.
Debêntures – 1ª emissão SABER 3ª série	112.805	108.641	IPCA + 6,72% a.a.
Contas a pagar por aquisições	154.062	177.753	CDI
Contas a pagar por aquisições	102.744	117.000	IPCA
Contas a pagar por aquisições	26.430	31.044	Outros
Total	8.367.801	8.009.419	

c) Risco de crédito

É o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, e outros instrumentos financeiros. A Companhia mantém provisões adequadas no balanço para fazer face a esses riscos:

Contas a receber – Ensino Superior

A política de vendas do Grupo acompanha o risco inerente a seu segmento de atuação e é limitado pelas regras do Governo Federal (Lei nº 9.870/99, que dispõe sobre o valor total das anuidades escolares). A legislação permite a não renovação da matrícula do aluno em caso de inadimplência para o semestre seguinte, fazendo

COGNA EDUCAÇÃO S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA OS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

com que o mesmo negocie seus débitos com a instituição. A diversificação de sua carteira de recebíveis e a seletividade de seus alunos, assim como o acompanhamento dos prazos, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber.

No segmento de ensino superior presencial, para os alunos contemplados pelo Fundo de Financiamento Estudantil - FIES, a Companhia tem parte substancial dos créditos garantidos pelo FGEDUC. Para a parcela de crédito não garantida pelo programa, a Companhia estima o potencial de inadimplência e constitui a respectiva provisão.

Em 2015, Companhia passou a oferecer um novo produto exclusivamente para os alunos ingressantes - o Parcelamento Especial Privado (PEP) - com o objetivo principal de oferecer uma alternativa de pagamento para o aluno ingressante que não obteve o FIES. O produto inicial oferecido no primeiro trimestre de 2015 foi o PEP 10, o qual financiava, sem correção monetária, 90% das primeiras 12 mensalidades a serem pagas em até dezoito parcelas após a conclusão do curso. No segundo semestre do mesmo ano, o produto evoluiu para o PEP 30 e PEP 50, os quais financiam respectivamente 70% e 50% de todo o curso, com atualização do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), a serem pagos com o mesmo prazo de duração do curso escolhido, após sua conclusão. O contas a receber de longo prazo referente ao FIES e aos valores a receber dos alunos beneficiados pelo PEP são ajustados a valor presente.

A qualidade do crédito dos ativos financeiros pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:

		Consolidado
	31/12/2019	31/12/2018
Contas a receber de clientes (nota explicativa 8)		
Grupo 1 - ensino superior	4.847.599	3.739.177
Grupo 2 - educação básica	713.609	558.522
	5.561.208	4.297.699

As contas a receber de clientes do Grupo 1 são compostas principalmente por clientes pessoa física, vinculados à prestação de serviços de graduação e negociações de dívida. O risco desse grupo é administrado conforme *aging* do vencimento dos títulos de dívidas e da segregação dos alunos por tipo de produto e perfil, (por exemplo, aluno FIES e alunos PEP). As contas a receber de clientes do Grupo 2 são compostas por distribuidoras de livros, Governo (PNLD), escolas, franqueados e pessoas físicas vinculadas a prestação de serviços de ensino básico. O risco desse grupo é administrado conforme *aging* do vencimento dos títulos e da segregação entre segmentos de serviços prestados e produtos vendidos.

Instrumentos financeiros e depósitos em dinheiro

A Companhia restringe sua exposição a riscos de crédito associados a instrumentos financeiros e depósitos em bancos e aplicações financeiras realizando seus investimentos em instituições financeiras de primeira linha e de acordo com limites previamente estabelecidos na política da Companhia.

COGNA EDUCAÇÃO S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA OS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Caixa e Equivalentes de caixa (nota explicativa 6)		
AAA (i)	274.673	1.138.346
AA+	80.613	-
AA	11.039	18.645
A+	-	293.148
AA-	-	13
Não aplicável	5.358	35.459
	371.683	1.485.611
Títulos e valores mobiliários (nota explicativa 7)		
AAA (i)	47.693	66.980
AA	6	14.248
A+	423.689	969.974
Não aplicável	2	58.757
	471.390	1.109.959

- (i) Uma vez que o Santander Brasil não é avaliado pela Fitch, foi utilizado o *rating* da agência *Standard & Poor's*, para classificação das aplicações emitidas pela instituição financeira no montante de R\$ 227.650, sendo R\$ 212.168 alocados em caixa e equivalentes de caixa, e R\$ 15.481 alocados em títulos e valores mobiliários.

A variação na classificação dos saldos entre períodos é atribuída às mudanças de “*rating*” pela agência de classificação de risco, Fitch Ratings.

d) Risco de liquidez

Consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir seus compromissos em virtude dos diferentes prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O fluxo de caixa da Companhia e de suas controladas é realizada de forma centralizada pelo departamento de finanças do Grupo, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez das entidades para assegurar que tenham caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais. O Grupo também monitora constantemente o saldo de caixa e o nível de endividamento das empresas e implementa medidas para que as empresas recebam eventuais aportes de capital e/ou acessem o mercado de capitais quando necessário, e para que se mantenham dentro dos limites de créditos existentes. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas de indicadores de liquidez do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias.

O excesso de caixa mantido pelas entidades, além do saldo exigido para administração do capital circulante é, também, gerido de forma centralizada pelo Grupo. A tesouraria investe o excesso de caixa em depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente, de modo a manter a Companhia com volume apropriado de recursos para manter suas operações.

Os principais passivos financeiros da Companhia referem-se a empréstimos e financiamentos, debêntures, contas a pagar a fornecedores e contas a pagar por aquisições. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para as operações do Grupo.

Na tabela a seguir estão analisados os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente do título ou do passivo.

COGNA EDUCAÇÃO S.A. E CONTROLADAS**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA OS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Passivos financeiros por faixa de vencimento

	Consolidado		
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Acima de 2 anos
Em 31 de dezembro de 2019			Total
Fornecedores	537.430	-	-
Fornecedores - Risco Sacado	341.656	-	-
Empréstimos e financiamentos	531	161	-
Debêntures	578.998	2.337.933	5.166.942
Contas a pagar por aquisições	117.976	43.950	121.309
	1.576.591	2.382.044	5.288.251
			9.246.886

Passivos financeiros por faixa de vencimento – Projetado

	Consolidado		
	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Acima de 2 anos
Em 31 de dezembro de 2019			Total
Fornecedores	537.430	-	-
Fornecedores - Risco Sacado	341.656	-	-
Empréstimos e financiamentos	563	171	-
Debêntures	613.506	2.477.271	5.474.887
Contas a pagar por aquisições	125.007	46.570	128.539
	1.618.162	2.524.012	5.603.426
			9.745.600

Os saldos do quadro acima apresentam os valores a pagar de principal mais juros e atualização monetária até sua última parcela, logo não refletem os saldos demonstrados nas respectivas notas explicativas para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019.

5.3. Gestão de capital

Os objetivos principais da gestão de capital da Companhia são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade, oferecer bons retornos aos acionistas e confiabilidade às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal com foco na redução do custo financeiro, maximizando o retorno ao acionista.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos e de devolução de capital aos acionistas ou ainda emitir novas ações ou recomprar ações.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresenta estrutura de capital destinada a viabilizar a estratégia de crescimento, seja organicamente, seja por meio de aquisições. As decisões de investimento levam em consideração o potencial de retorno esperado.

Os índices de alavancagem financeira estão demonstrados a seguir:

COGNA EDUCAÇÃO S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA OS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
		(Reapresentado Nota 2.1)
Empréstimos e financiamentos, debêntures e contas a pagar por aquisições	(8.367.801)	(8.401.393)
Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários	843.073	2.595.570
Caixa Líquido	(7.524.728)	(5.805.823)
Patrimônio líquido	15.835.269	17.473.060
Índice de alavancagem financeira	47,52%	33,23%

5.4. Análise de sensibilidade

A seguir apresentamos um quadro demonstrativo com a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que demonstra os riscos que podem gerar prejuízos relevantes à Companhia, segundo a avaliação feita pela Administração, considerando, para um período como cenário base mais provável em um horizonte de 12 meses, as taxas projetadas: CDI – 5,96% e IPCA – 4,31% ao ano. Adicionalmente, demonstramos cenários com 25% e 50% de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente.

Em 31 de dezembro de 2019	Exposição	Risco	Consolidado		
			Cenário provável	Cenário possível -25%	Cenário remoto -50%
Aplicações Financeiras e títulos e valores mobiliários	843.073	Alta CDI	50.246	62.808	75.369
Debêntures e Contas a pagar atreladas ao CDI	(8.125.130)	Alta CDI	(484.250)	(605.312)	(726.374)
Debêntures e Contas a pagar atreladas ao IPCA	(216.241)	Alta IPCA	(9.311)	(11.639)	(13.967)
	(7.498.298)		(443.315)	(554.143)	(664.972)

Fonte: IPCA do relatório Focus do Banco Central do Brasil - BACEN, e CDI conforme taxas referenciais B3 S.A, ambos disponibilizados nos websites das respectivas instituições.

6. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Caixa				
Conta corrente	95	90	63	3.076
	95	90	63	3.076
Aplicações financeiras				
Fundo de renda fixa	-	-	76.579	33.442
OPCM – Operação Compromissada	-	-	195.927	137.732
NTNO - Nota do Tesouro Nacional (i)	-	9.967	84.518	155.773
CDB - Certificado de Depósitos Bancários	-	-	14.596	1.155.588
	-	9.967	371.620	1.482.535
	95	10.057	371.683	1.485.611

(i) Notas do Tesouro Nacional *over night* e operação compromissada são aplicações financeiras diárias com bancos privados com lastros em títulos públicos sem risco de perda de rentabilidade caso de resgate e com liquidez imediata.

A Companhia possui aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez e risco insignificante de mudança

COGNA EDUCAÇÃO S.A. E CONTROLADAS**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA OS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

de valor, majoritariamente atreladas ao CDI ou SELIC, sendo parte significativa realizada a partir de fundos de investimentos exclusivos de renda fixa, sob a administração e gestão de grandes instituições financeiras. O objetivo desses fundos visa remunerar as disponibilidades do Grupo sem incorrer em instrumentos ou valores mobiliários de médio e alto risco. As aplicações financeiras possuem rentabilidade média bruta de 97,79% do CDI em 31 de dezembro de 2019 (99,89% do CDI em 31 de dezembro de 2018).

7. Títulos e valores mobiliários

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
LTN - Letras do Tesouro Nacional	-	-	15.482	547.202
LF - Letras Financeiras	58	-	25.782	81.091
LFT - Letra Financeira do Tesouro	4.045	-	430.126	481.666
	4.103	-	471.390	1.109.959
Circulante	4.103	-	453.952	1.098.185
Não Circulante	-	-	17.438	11.774
	4.103	-	471.390	1.109.959

Os títulos e valores mobiliários possuem rentabilidade média bruta de 97,79% do CDI em 31 de dezembro de 2019 (99,89% do CDI em 31 de dezembro de 2018).

8. Contas a receber**a) Composição**

	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Contas a receber		
Ensino superior (i)	4.847.599	3.739.177
Educação básica (ii)	713.609	558.522
	5.561.208	4.297.699
Provisão para perda esperada		
Ensino superior	(1.987.068)	(1.371.947)
Educação básica	(60.297)	(94.081)
	(2.047.365)	(1.466.028)
Contas a receber de clientes, líquidas	3.513.843	2.831.671
Ajuste a valor presente (iii)	(172.627)	(197.075)
	3.341.216	2.634.596
Circulante	2.586.529	1.940.313
Não circulante (iv)	754.687	694.283
	3.341.216	2.634.596

- (i) Composto por mensalidades vencidas ou a vencer de alunos pagantes, alunos FIES e alunos com parcelamento a privado (PEP).
- (ii) Livros didáticos e paradidáticos, comercialização de apostilas, franquias e mensalidades escolares.
- (iii) O ajuste a valor presente (AVP) é calculado sobre os valores de receita reconhecidas mensalmente e que tenham vencimentos em períodos futuros, notadamente produtos usados pelos alunos beneficiados pelos produtos PEP ou PMT (Parcelamento Matrícula Tardia). A taxa média ponderada utilizada para realizar o desconto dos valores no período foi de 2,54%, tendo como base das taxas apuradas nos meses de janeiro a dezembro/19 para a diferença do CDI e do IPCA acumulado dos últimos 12 meses.
- (iv) Contas a receber do PEP e de renegociações de mensalidades de ensino superior com vencimento superior a 365 dias, líquido dos ajustes a valor presente.

COGNA EDUCAÇÃO S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA OS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As contas a receber de ensino superior apresentaram aumento decorrente de uma maior exposição dos produtos de parcelamento da Companhia, como o PEP e o PMT, nos quais o pagamento ocorre apenas após a conclusão do curso, aliado ainda ao elevado volume de mensalidades em aberto relacionados ao cenário econômico instável. Da mesma forma, a provisão para perda esperada vinculada ao PEP e PMT também apresentou aumento, uma vez que a política da Companhia é de provisionar 50% do montante reconhecido de receita parcelada, líquido dos ajustes de AVP.

b) Análise dos vencimentos do contas a receber (*aging list*)

	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Valores a vencer (inclui PEP)	4.116.341	3.257.762
Vencidos		
Até 30 dias	256.443	196.351
Entre 31 e 60 dias	304.214	152.668
Entre 61 e 90 dias	139.832	9.729
Entre 91 e 180 dias	239.048	131.870
Entre 181 e 365 dias	505.330	549.319
Total vencidos	1.444.867	1.039.937
Provisão para perda esperada	(2.047.365)	(1.466.028)
Ajuste a valor presente	(172.627)	(197.075)
	3.341.216	2.634.596

c) Provisão para perda esperada (PCLD) e baixas

Mensalidades

A Companhia constitui mensalmente a provisão para perda esperada analisando os valores de recebíveis constituídos a cada mês (no período de 12 meses) e as respectivas aberturas por faixas de atraso, calculando sua “*performance*” de recuperação. Nessa metodologia, para cada faixa de atraso é atribuído um percentual de probabilidade de perda estimada levando em conta informações atuais e prospectivas sobre fatores macroeconômicos, que afetam a capacidade dos clientes de liquidarem os recebíveis, tais como a taxa de desemprego.

FIES

A Companhia constitui provisão para perda esperada para os valores gerados no âmbito do FIES de acordo com as estimativas de perda associadas aos alunos contemplados pelo Programa, sendo as seguintes premissas consideradas:

- Para os contratos com fiador foi constituída uma provisão de 4,5% do faturamento dessa natureza, considerando que a Companhia assume apenas 15% de exposição ao risco de crédito FIES e uma estimativa de 30% de inadimplência.
- Para os contratos cobertos pelo FGEDUC, com adesão realizada até abril de 2014, foi constituída uma provisão de 0,9% do faturamento dessa natureza, considerando que o Fundo Garantidor é responsável por 80% da exposição ao risco de crédito FIES (15%) e uma estimativa de 30% de inadimplência.
- Para os contratos cobertos pelo FGEDUC, com adesão realizada após abril de 2014, foi constituída uma provisão de 0,45% do faturamento dessa natureza, considerando que o Fundo Garantidor é responsável por 90% da exposição ao risco de crédito FIES (15%) e uma estimativa de 30% de inadimplência.

COGNA EDUCAÇÃO S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA OS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

PEP

A Companhia constitui provisão para perda esperada relacionada aos recebíveis do Parcelamento Especial Privado - PEP, utilizando o percentual de 50% da respectiva receita líquida, o qual reflete a melhor estimativa da administração quanto à futura inadimplência. Este percentual leva em consideração: a) a expectativa futura de perda para alunos com parcelamentos, que é superior à média dos alunos pagantes; e b) o percentual de evasão histórica de alunos.

As movimentações das provisões para perdas esperadas no exercício social findo em 31 de dezembro de 2019 estão demonstradas a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Saldo inicial	(1.466.028)	(994.730)
Adição proveniente de empresa adquirida	(1.950)	(75.630)
Baixa contra contas a receber	331.406	276.823
Constituição	(910.793)	(672.491)
Saldo final	(2.047.365)	(1.466.028)

Quando o atraso atinge uma faixa de vencimento superior a 365 dias o título é baixado. Mesmo para os títulos baixados, os esforços de cobrança continuam e os respectivos recebimentos são reconhecidos diretamente ao resultado quando de sua realização.

9. Estoques

	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
		(Reapresentado Nota 2.1)
Produtos acabados	410.664	362.784
Produtos em elaboração	48.265	75.849
Matérias-primas	55.147	59.310
Importações em andamento	1.271	-
Mais valia	14.236	36.698
Provisão para perdas em estoques	(122.464)	(147.134)
	407.120	387.507

A movimentação da provisão para perdas em estoques está apresentada a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Saldo inicial	(147.134)	(4.205)
Adição proveniente de empresa adquirida	-	(143.945)
Adição no exercício	(16.920)	(27.930)
Perdas com estoque	41.590	28.946
Saldo final	(122.464)	(147.134)

COGNA EDUCAÇÃO S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA OS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
IRPJ e CSLL a recuperar (i)	11.787	3.913	223.599	211.990
PIS, Cofins e ISS a recuperar (ii)	-	-	179.115	59.917
INSS a recuperar	-	-	34.076	28.955
Outros tributos a recuperar	-	-	39.800	20.136
	11.787	3.913	476.590	320.998
Circulante	11.787	3.913	346.162	315.169
Não circulante	-	-	130.428	5.829
	11.787	3.913	476.590	320.998

(i) Refere-se a valores a recuperar de IRRF retido de aplicações e notas fiscais, IRPJ, CSLL, os quais poderão ser utilizados para compensar qualquer tributo federal administrado pela Receita Federal do Brasil.

(ii) Refere-se a crédito de PIS e COFINS apurados e mantidos na operação de venda de livros e que podem ser compensados com outros tributos federais, além de tributos retidos na fonte devido à emissão de notas fiscais da prestação de serviço.

11. Contas a receber na venda de controladas

	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
UNIASSELVI	350.172	447.362
FAC	19.175	24.162
FAIR	10.728	13.511
NOVATEC	4.319	4.046
Colégio Anchieta	3.015	2.837
UNIRONDON	2.014	1.919
FAUSB	270	568
	389.693	494.405
Circulante	139.162	132.854
Não circulante	250.531	361.551
	389.693	494.405

Os valores são atualizados principalmente pela variação do CDI e IPCA de acordo com os respectivos contratos. A seguir apresentamos o cronograma de contas a receber na venda de controladas:

	Vencimento	Consolidado			
		31/12/2019		31/12/2018	
		Total	%	Total	%
Total ativo circulante	em até um ano	139.163	35,7	132.854	26,9
	Um a dois anos	118.922	30,5	108.577	22,0
	Dois a três anos	130.902	33,6	124.998	25,3
	Três a quatro anos	706	0,2	127.078	25,7
	Quatro a cinco anos	-	0,0	898	0,2
Total ativo não circulante		250.530	64,3	361.551	73,1
Total		389.693	100,0	494.405	100,0

COGNA EDUCAÇÃO S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA OS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

12. Outros créditos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Despesas antecipadas (i)	148	-	29.496	31.346
Crédito com ex-proprietários de adquiridas (ii)	68	-	78.410	97.293
INSS Rescisões (iii)	-	-	30.859	30.859
Venda de imóveis (iv)	-	-	21.813	-
Outros	1	179	33.293	49.564
Total	217	179	193.871	209.062
Circulante	217	179	96.764	150.937
Não circulante	-	-	97.107	58.125
	217	179	193.871	209.062

- (i) Composto principalmente por: R\$ 4.241 de despesas com marketing, R\$ 3.403 por despesas licença de software, e R\$ 11.321 referente a gastos com projeto de estudo de viabilidade para processos de reorganização societária não encerrados em 2019.
- (ii) Composto principalmente por: (i) direitos contratuais de ressarcimento dos antigos proprietários da empresa Academia Paulista Anchieta Ltda. (APA) para com a controlada Anhanguera Educacional S.A, no montante atualizado de R\$ 41.824, decorrente de saldo a recolher de ISS parcelado através do programa de parcelamento incentivado (PPI) da Prefeitura de São Paulo, (ii) R\$ 2.200 em processos trabalhistas SEBH-PRAETORIUM; (iii) A controlada Unime LF possui R\$ 1.670 a receber dos ex-proprietários referente ao parcelamento de impostos Refis, (iv) a controlada EDE possui R\$ 13.946 referente a confissão de dívida da unidade SOCE LINHARES, (v) R\$ 9.324 referente ao encontro de contas UNIASSELVI e, (vi) R\$ 3.089 referente a processos judiciais referente a UNOPAR.
- (iii) Composto principalmente por INSS a recuperar originado de decisões positivas judiciais sobre verbas rescisórias.
- (iv) Composto por saldos a receber na venda de imóveis em Minas Gerais no montante de R\$ 10.198, imóvel em São Luiz do Maranhão (CEAMA) no valor de R\$ 6.061, imóvel localizado na cidade de Santo André no montante de R\$ 3.060, e imóvel localizado na cidade de São Paulo no valor de R\$ 2.477.

13. Investimentos

(a) Composição dos investimentos em controladas diretas

	Controladora	
	31/12/2019	31/12/2018
Editora e Distribuidora Educacional S.A. ("EDE")	5.956.227	5.948.898
Anhanguera Educacional Participações S.A. ("AESAPAR")	3.004.598	3.109.748
SB Sistemas ⁽ⁱ⁾	-	(16)
Somos Sistemas	3.116.657	-
Saber Serviços Educacionais Ltda.	2.431.955	-
Subtotal	14.509.435	9.058.630
Ágio, inclusive alocado da Anhanguera	7.381.353	7.480.775
Total	21.890.788	16.539.405

- (i) Em 16 de agosto de 2019 a SB Sistemas foi vendida para a Editora Ática S.A., uma das controladas do Grupo.

COGNA EDUCAÇÃO S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA OS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Informação sobre as controladas diretas

						31/12/2019
	Participação no Patrimônio Líquido	Quantidade de ações	Total de ativos	Total de passivos	Patrimônio líquido	Lucro / Prejuízo do período
EDE	100%	2.849.615.508	8.692.789	2.736.562	5.956.227	188.899
AESAPAR	74,46%	756.608.601	6.500.798	2.465.614	4.035.184	231.355
SOMOS	100%	3.737.293.407	6.140.295	3.023.638	3.116.657	(63.734)
SISTEMAS						
SABER	60,75%	5.839.338.457	4.417.764	414.874	4.002.890	(251.848)
		13.182.855.973	25.751.646	8.640.688	17.110.958	104.672

						31/12/2018
	Participação no Patrimônio Líquido	Quantidade de ações	Total de ativos	Total de passivos	Patrimônio líquido	Lucro / Prejuízo do exercício
EDE	100%	2.789.437.961	6.779.613	830.715	5.948.898	834.171
AESAPAR	74,46%	2.497.592.975	5.303.694	1.127.258	4.176.436	700.166
SB SISTEMAS	100%	2.000	71	87	(16)	(18)
		5.287.032.936	12.083.378	1.958.060	10.125.318	1.534.319

(c) Movimentação dos investimentos em controladas diretas

Investimento							Controladora
	EDE	AESAPAR	SB Sistemas	Somos Sistemas	Saber	Ágio	Total
Saldo em 31/12/2018	5.948.898	3.109.748	(16)	-	-	7.480.775	16.539.405
Movimentação							
Amortização do ágio alocado	-	-	-	-	-	(71.903)	(71.903)
Resultado de equivalência patrimonial	188.899	172.196	1	(37.374)	(48.791)	-	274.930
Aumento de capital (i)	178.600	-	100	-	5.498.127	-	5.676.826
Reorganizações societárias (ii)	(109.220)	-	-	2.834.301	(2.725.081)	-	-
Distribuição dividendos	(145.557)	(192.079)	-	-	-	-	(337.636)
Implantação IFRS 16	(117.913)	(89.459)	-	950	3.006	-	(203.417)
Reflexos RSU	23.316	1.041	-	1.094	341	-	25.793
Ganho/Perda participação	8.589	3.151	-	317.685	(329.424)	-	(0)
Outros reflexos	(19.385)	-	(85)	-	33.778	(27.519)	(13.211)
Saldo em 31/12/2019	5.956.227	3.004.598	-	3.116.657	2.431.955	7.381.353	21.890.789

- (i) Refere-se substancialmente a assunção de dívida realizada pela Cogna na controladora Saber, a qual, em contraparte a este movimento, emitiu debêntures privadas para quitação à nova debenturista. Maior detalhamento está apresentado na nota explicativa 28.1(i)
- (ii) Refere-se aos movimentos realizados em decorrência do projeto de reestruturação societária ocorrido entre as unidades de negócio da Companhia, sendo que a principal reestruturação ocorreu entre suas controladas Somos Sistemas e Saber.

COGNA EDUCAÇÃO S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA OS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Informação sobre as controladas indiretas

		31/12/2019				
	Participação no Patrimônio Líquido	Quantidade de quotas	Total de ativos	Total de passivos	Patrimônio líquido	Lucro / Prejuízo do período
Anhanguera Educacional Ltda.	100,00%	49.163.929	136.524	1.178	135.346	23.889
Clínica Médica Anhanguera Ltda.	100,00%	350.000	1.076	544	532	(187)
Anhanguera Educacional Fundo de Investimento em Direitos Creditórios	100,00%	572.917	9.238	174	9.064	8.936
Instituto Excelência Ltda.	100,00%	17.935.579	3.517	329	3.189	(380)
Edufor serviços educacionais Ltda. – ME	100,00%	2.909.300	2.577	3.456	(879)	(2.058)
Sociedade Piauiense de Ensino Superior Ltda.	100,00%	17.913.750	37.328	42.113	(4.785)	1.204
Fateci Cursos Técnicos S/S	100,00%	4.427.000	3.116	4.301	(1.185)	(1.657)
Clauder Ciarlini Filho S/S.	100,00%	4.326.000	16.203	26.263	(10.059)	8.479
Sociedade Educacional da Paraíba Ltda..	100,00%	22.987.000	8.178	8.474	(296)	(2.814)
Bacabal Mearim Sistemas de Ensino Ltda..	100,00%	2.180.000	27.357	21.986	5.372	8.160
Centro de Ensino Atenas Maranhense	99,99%	113.288.364	357.978	126.648	231.330	21.336
Centro de Ensino Superior de Marabá Ltda.	99,99%	9.829.511	28.735	20.962	7.773	4.971
Centro de Ensino Superior de Parauapebas Ltda.	99,99%	4.675.159	14.771	8.176	6.595	4.224
Centro de Ensino Superior de Paragominas Ltda.	99,99%	974.207	7.730	5.091	2.640	1.365
Orme Serviços Educacionais	99,99%	188.844.194	130.630	68.410	62.220	(30.324)
Projecta Educacional	99,99%	10.234.275	5.520	303	5.217	120
Pitágoras Sistema de Ensino Sociedade	99,99%	384.011.228	1.068.798	492.283	576.514	170.808
União de Ensino Unopar	99,99%	128.631.508	248.457	103.834	144.623	15.388
Unic Educacional	99,99%	205.146.858	590.976	93.954	497.022	96.091
Iuni Educacional - Unime Salvador	99,99%	15.916.973	114.635	59.943	54.692	2.615
Nucleo Brasileiro De Estudos Avançados Ltda.	100,00%	1.158.979	4.015	4.719	(704)	(950)
Colegio Manaura Latu Senu Ltda.	100,00%	8.601.283	133.549	213.742	(80.193)	55.835
Colégio LS Cidade Nova Ltda.	100,00%	805.889	1.309	1.667	(358)	(599)
Colégio Manauara Cidade Nova Ltda.	100,00%	301.001	10.015	14.784	(4.768)	2.106
Centro Educacional Leonardo Da Vinci S/S Ltda.	100,00%	2.839.000	201.246	208.317	(7.071)	54.054
Da Vinci Servicos Educacionais Ltda.	100,00%	1.870.000	9.593	8.442	1.152	15.031
SB Sistemas de Ensino Ltda.	100,00%	102.000	88	0	87	3
Somos Idiomas S.A.	100,00%	120.421.129	84.405	36.128	48.277	5.948
Editora Ática S.A.	100,00%	1.140.483.077	683.801	229.703	454.098	(93.986)
Editora Scipione S.A.	100,00%	245.673.857	177.580	30.317	147.263	10.160
Somos Educação S.A.	100,00%	979.735.022	923.580	29.978	893.602	456.346
Nice Participações S.A.	100,00%	22.816.962	466	1.249	(783)	(2.160)
Sistema PH de Ensino Ltda.	100,00%	55.252.441	169.049	123.107	45.941	(7.353)
Maxiprint Editora Ltda.	100,00%	1.727.885	19.096	25.976	(6.880)	13.774
SGE Comércio de Material Didático Ltda.	100,00%	24.240.673	17.660	9.099	8.561	(13.787)
Colégio Motivo Ltda.	100,00%	106.973.304	102.060	68.204	33.857	(6.263)
Acel – Administração de Cursos Educacionais Ltda.	100,00%	104.591.638	243.813	200.546	43.267	(5.808)
ECSA – Escola a Chave do Saber Ltda.	100,00%	3.675.000	12.495	9.852	2.643	(302)
Sociedade Educacional Doze de Outubro Ltda.	100,00%	18.723.535	33.777	28.257	5.519	(2.702)
Sociedade Educacional Paraná Ltda.	100,00%	160.000	19.967	15.509	4.458	4.057
Saraiva Educação S.A.	100,00%	570.430.892	463.929	87.117	376.812	290
Escola Mater Christi Ltda.	100,00%	13.223.700	18.055	10.316	7.738	695
Colégio Jaó Ltda.	100,00%	6.991.850	26.531	22.123	4.408	(417)

COGNA EDUCAÇÃO S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA OS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Somos Operações Escolares S.A.	100,00%	646.560.039	595.101	76.953	518.148	(26.449)
Educação Inovação e Tecnologia S.A.	100,00%	36.697.655	16.086	3.223	12.862	(13.199)
Somos Educação Investimentos S.A.	100,00%	89.642.080	74.520	27.022	47.498	(15.674)
Papelaria Brasileira Ltda.	100,00%	1.000	1.764	1.223	541	964
Stoodi Ensino e Treinamento à Distância Ltda..	100,00%	23.228.002	33.269	15.742	17.527	(2.324)
Editora Joaquim Ltda.	100,00%	10.000	536	417	119	93
Editora Pigmento Ltda.	100,00%	10.000	761	548	213	203
Editora Todas as Letras Ltda.	100,00%	10.000	932	647	285	284
Sociedade Educacional de Rondonópolis Ltda.	100,00%	2.300.000	9.469	8.944	525	(1.292)
Sociedade Rondonopolitana de Educação Ltda..	100,00%	1.590.000	4.130	1.785	2.345	594
Sociedade Educacional Neodna Cuiabá Ltda.	100,00%	2.506.344	5.200	4.766	433	(313)
CEI - Centro de Educação Integrada Ltda.	51,00%	2.082.592	47.065	39.935	7.130	2.589
Salmo Noventa Centro Educacional Eireli	51,00%	410.000	1.544	1.923	(378)	(416)
Escola Infantil Primeiros Passos Eireli	51,00%	100.000	2.510	2.380	130	14
Escola Santo Inacio Ltda.	100,00%	629.000	22.244	21.712	532	1.117
Escola Riacho Doce Ltda.	100,00%	1.716.900	7.917	5.949	1.967	194
Curso e Colégio Coqueiro Ltda.	100,00%	3.036.450	5.848	3.705	2.144	(323)
Colégio Ambiental Ltda.	100,00%	2.073.013	7.857	5.155	2.702	220
Colégio Visão Ltda.	100,00%	1.280.382	2.733	1.736	997	(113)
Colégio Cidade Ltda. (Campinas)	100,00%	204.714	1.732	1.421	310	(33)
Colégio do Salvador Ltda..	100,00%	416.367	26.220	24.916	1.304	1.847
Eligis Tecnologia e Inovação Ltda.	100,00%	8.200	4	10	(6)	(6)
Livro Fácil	100,00%	11.750.000	111.902	111.947	(45)	(9.744)
Sociedade Educacional Aphaville S.A	51,00%	500	11.965	13.254	(1.289)	(704)
Colégio Anglo São Paulo	100,00%	1.000	0	0	(0)	(0)
Saraiva Soluções Educacionais S.A	100,00%	500	1	-	1	-

COGNA EDUCAÇÃO S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA OS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14. Imobilizado

	Consolidado							
	Equipamentos de informática	Móveis, equipamentos e utensílios	Biblioteca	Edificações e benfeitorias	Imobilizado em andamento	Terrenos	Direito de uso (IFRS-16)	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	89.512	347.898	154.086	1.168.463	71.724	99.779	-	1.931.462
Adições	68.494	134.068	17.069	115.805	225.238	-	-	560.674
Adição por combinação de negócios	11.373	10.537	1.374	94.319	49.821	25.208	-	192.632
Baixas	(1.549)	(1.617)	(2.751)	(1)	(440)	(17.292)	-	(23.650)
Depreciações	(38.616)	(50.951)	(25.728)	(60.180)	-	-	-	(175.475)
Transferências	-	-	-	248.509	(248.509)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	129.214	439.935	144.050	1.566.915	97.834	107.695	-	2.485.643
Efeitos de reapresentação (Nota 2.1)	-	8.885	-	-	-	-	-	8.885
Saldos em 31 de dezembro de 2018 (reapresentado)	129.214	448.820	144.050	1.566.915	97.834	107.695	-	2.494.528
Saldos de abertura IFRS 16 (i)	-	-	-	-	-	-	3.436.230	3.436.230
Saldos em 01 de janeiro de 2019	129.214	448.820	144.050	1.566.915	97.834	107.695	3.436.230	5.930.758
Adições	36.881	65.473	11.622	37.844	178.738	-	632.308	962.866
Adição por combinação de negócios	286	2.447	591	154	-	-	-	3.478
Baixas	(3.638)	(9.104)	(1.062)	(217.105)	(18.034)	(22.242)	(249.530)	(520.715)
Depreciações	(49.992)	(62.845)	(27.213)	(122.576)	-	-	(258.497)	(521.123)
Transferências	-	-	-	148.952	(202.387)	33.100	20.335	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	112.751	444.791	127.988	1.414.184	56.151	118.553	3.580.846	5.855.264
Taxa média anual de depreciação	23%	10%	10%	4%	0%	0%	7%	
Custo em 31 de dezembro de 2019	397.033	917.629	336.267	1.850.903	56.151	118.553	4.378.124	8.054.660
Depreciação acumulada em 31 de dezembro de 2019	(284.282)	(472.838)	(208.279)	(436.719)	-	-	(797.278)	(2.199.396)

- (i) Saldos relacionados as operações de arrendamento do Grupo, os quais estão significativamente concentradas na locação de imóveis para suas unidades operacionais e prédios administrativos, cujos pagamentos são mensais. Em geral, os principais contratos possuem como período de locação prazos médios em torno de 20 a 25 anos, os quais são passíveis de extensão por opções de renovação existentes em contrato e pela lei do inquilinato (Lei Nº 8.245, de 18 de outubro de 1991). O Grupo avalia no início de cada arrendamento se é razoavelmente certo se estas opções de extensão serão exercidas, e reavalia tal conclusão em caso da ocorrência de evento significativo ou uma mudança nas circunstâncias dentro de seu controle.

COGNA EDUCAÇÃO S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA OS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

15. Intangível

	Consolidado					
	Softwares	Produção de conteúdo	Licença de Operação	Ágios e intangíveis alocados	Outros intangíveis	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2017	264.025	158.310	8.262	10.729.359	138.933	11.298.889
Adições	180.282	103.573	8.673	6.946.520	12.192	7.251.240
Saldo proveniente de adquiridas	189.041	21.231	31	1.460.561	(8)	1.670.856
Baixas	(3.736)	(60)	(1.917)	(829)	(2.030)	(8.572)
Amortizações	(73.371)	(98.872)	(3.080)	(103.214)	(22.766)	(301.303)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	556.241	184.182	11.969	19.032.397	126.321	19.911.110
Efeitos de reapresentação (Nota 2.1)	-	-	-	1.045.755	-	1.045.755
Saldos em 31 de dezembro de 2018 (reapresentado)	556.241	184.182	11.969	20.078.152	126.321	20.956.865
Adições	195.510	85.993	8.852	19.291	3.125	312.771
Adição por combinação de negócios	-	-	-	49.174	-	49.174
Movimentação por combinações (i)	-	-	-	(153.095)	-	(153.095)
Baixas	(102)	(624)	(1.901)	-	(276)	(2.903)
Amortizações	(144.086)	(113.369)	(5.637)	(352.213)	(25.282)	(640.587)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	607.563	156.182	13.283	19.641.309	103.888	20.522.225
Taxa média anual de amortização	20%	44%	33%	7%	41%	-
Custo em 31 de dezembro de 2019	1.104.266	623.307	21.089	20.331.561	200.332	22.280.556
Amortização acumulada em 31 de dezembro de 2019	(496.703)	(467.125)	(7.806)	(690.253)	(96.444)	(1.758.331)

- (i) Valor decorrente da revisão do ágio na aquisição da Somos Educação S.A, sendo composto por: (R\$ 330.324) advindos dos passivos assumidos na combinação de negócios, conforme descrito na nota explicativa 24, e; R\$ 177.229 que foram alocados nas demais linhas patrimoniais do Balanço de abertura.

a) **Ágio gerado em aquisição de controladas e intangíveis alocados em combinação de negócios**

Nas Demonstrações Financeiras Consolidadas, o ágio decorrente da diferença entre o valor pago na aquisição de investimentos em controladas e o valor justo dos ativos e passivos é classificado no ativo intangível. Parte do valor pago na aquisição das controladas foi alocado a ativos intangíveis identificáveis e de vida útil definida e indefinida após análise dos ativos adquiridos.

	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
		(Reapresentado Nota 2.1)
"Goodwill" (i)	14.662.069	14.828.266
Marca (ii)	2.791.570	3.168.399
Licença de operação e rede parceira de polo (iii)	697.519	667.966
Carteira de clientes (iv)	1.488.030	1.413.504
Acordo de não concorrência (iv)	2.120	17
	19.641.308	20.078.152

- (i) Refere-se ao ágio gerado por aquisições de controladas, classificado como decorrente de expectativa de rentabilidade futura. Não possui vida útil definida e está sujeito a testes anuais de recuperação.
- (ii) Ativo intangível com vida útil estimada entre 19 e 30 anos.
- (iii) Refere-se às licenças para operação de ensino presencial e à distância e à rede parceira de polos de ensino à distância. Não possui vida útil definida e está sujeito a testes anuais de recuperação.
- (iv) Ativo intangível com vida útil estimada entre 3 e 14 anos.

COGNA EDUCAÇÃO S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA OS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Testes do ágio para verificação de “impairment” por modalidade

O ágio é alocado às Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) identificadas pela administração através das seguintes considerações:

- A partir das aquisições, o Grupo busca consolidar operações similares em algumas entidades legais com foco em Ensino Presencial (Presencial) e Ensino a Distância (EAD) por meio de incorporações e cisões, eliminando determinadas entidades legais na busca de redução de custos de gestão e administração, aproveitamento de sinergias de operações e marcas, bem como ampliando as áreas de alcance das unidades físicas adquiridas. Sendo assim, as entidades legais e unidades físicas não são ativos que geram entradas de caixa de forma independente de outros ativos, para fins de avaliação da recuperabilidade do ágio, uma vez que, devido às diversas alterações societárias, as entidades cujas aquisições resultaram no reconhecimento do ágio, ou até mesmo as entidades que reconheceram o ágio, deixaram de existir legalmente e assim os ágios perderam a relação com os ativos adquiridos que geraram o ágio;
- Para o segmento da Educação básica, o Grupo busca adotar o mesmo conceito de sinergias de operações e redução de custos de gestão e administração, já unificando as atividades consideradas corporativas, assim como no Ensino Presencial ou à distância. As atividades de gestão para o negócio de escolas são centralizadas, com isso a unidade física também não representa uma unidade geradora de caixa, considerando que vários dos custos necessários às suas atividades já são compartilhados com outras unidades. Na venda de material de ensino, a centralização ocorre da mesma forma, com a consideração de que a unidade física (armazém e toda a estrutura logística) é compartilhada, e;
- Ao mesmo tempo, por se tratar de um grupo com gestão centralizada em diversas áreas (desenvolvimento técnico e metodológico, gestão de funcionários, inclusive corpo docente, administrativo, marketing, etc.) uma mesma entidade legal atuando no segmento de ensino superior é gerida em conjunto com as demais entidades legais do Grupo que atuam no mesmo segmento. Dessa forma, não é possível analisar os fluxos de caixa que seriam gerados pela entidade legal atuando no ensino superior individualmente, uma vez que sua atuação tem ganhos de eficiência e decisões geradas no contexto do segmento como um todo.

A seguir apresentamos a alocação do ágio e intangíveis alocados por nível de unidade geradora de caixa:

	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Presencial	7.517.643	7.542.761
EAD	3.637.357	3.135.870
Educação Básica		
K12	5.343.246	4.563.837
Escolas e Idiomas	3.143.062	4.321.574
SETS	-	514.110
	19.641.308	20.078.152

O valor recuperável de uma UGC é determinado com base em cálculos do valor em uso. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, antes do imposto de renda e da contribuição social, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela administração para um período de oito anos em todas as UGC's da Companhia. Os valores referentes aos fluxos de caixa posteriores ao período definido para cada projeção (8 anos) foram

COGNA EDUCAÇÃO S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA OS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

extrapolados com base em taxas de crescimento de 6,11% ao ano (5,5% ao ano em 31 de dezembro de 2018). A taxa de crescimento não excede a taxa de crescimento médio de longo prazo do setor de educação, no qual as UGC's atuam. A taxa de desconto nominal utilizada antes do benefício fiscal dos impostos foi de 10,61% para presencial e EAD (13,60% e 13,45% para presencial e EAD, respectivamente, em 31 de dezembro de 2018), e 10,08% para as UGC's de Educação Básica (13,02% em 31 de dezembro de 2018), que deriva do Custo Médio Ponderado do Capital (*Weight Average Cost of Capital - WACC*).

A Companhia utiliza um cenário de 8 anos para operações de ensino superior (Presencial e EAD) por entender que este é o tempo de maturação de uma nova unidade. Uma vez que existem cursos, onde a partir do 4º ano se tem uma base cheia de alunos para a nova unidade, são necessários mais 4 anos para a unidade atingir seu potencial de receita e rentabilidade. Para a unidade geradora de caixa denominada como K-12 e Escolas e Idiomas pode-se utilizar o mesmo princípio.

No exercício de 2019, o SETS foi transferido para Ensino à Distância (EAD), considerando que nesse exercício a operação e suas atividades já foram centralizadas dentro dessa unidade de negócios.

As premissas do modelo de longo prazo utilizado no cálculo do teste de *impairment* foram apreciadas e aprovadas pela administração da Companhia, assim como as taxas utilizadas. Em 31 de dezembro de 2019, os ágios foram submetidos a teste de redução ao valor recuperável ("*impairment*") e não foi identificada necessidade de ajustes aos respectivos valores. Adicionalmente ao teste padrão foi realizado um teste de sensibilidade variando o WACC em 1% para cima e para baixo, em relação ao modelo de longo prazo da Companhia, e não foi identificada necessidade de ajustes aos respectivos valores.

16. Empréstimos e financiamentos

(a) Composição

	Consolidado				
	Remuneração	Emissão	Vencimento	31/12/2019	31/12/2018
Capital de Giro ⁽ⁱ⁾	9,41% a.a.	19/04/2012	19/04/2021	692	1.167
Arrendamento mercantil financeiro				-	53.949
Total				692	55.116
Passivo circulante				531	4.671
Passivo não circulante				161	50.445
				692	55.116

- (i) Em 19 de abril de 2012, a controlada indireta Centro de Educação Integrada ("CEI"), contraiu empréstimos junto ao Banco do Nordeste no montante de R\$ 3.859, para aumento de seu capital de giro. Os juros são pré-fixados e aplicados mensalmente às parcelas a serem amortizadas.

COGNA EDUCAÇÃO S.A. E CONTROLADAS**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA OS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(b) Movimentação

	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Saldo inicial	55.116	37.348
Adição – Principal	-	20.335
Reclassificação Leasing financeiro	(53.949)	-
Apropriação de juros	18	-
Pagamento de principal	(493)	(2.567)
Saldo final	692	55.116

(c) Cronograma de amortização

				Consolidado			
				31/12/2019		31/12/2018	
Vencimento		Total	%	Total	%		
Total passivo circulante	Em até um ano	531	76,7	4.671	8,5		
		531	76,7	4.671	8,5		
	Um a dois anos	161	23,3	5.528	10,0		
	Dois a três anos	-	0,0	5.146	9,3		
Total passivo não circulante	Três a quatro anos	-	0,0	39.771	72,2		
		161	23,3	50.445	91,5		
		692	100,0	55.116	100,0		

COGNA EDUCAÇÃO S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA OS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

17. Debêntures

(a) Composição

	Remuneração	Emissão	Vencimento	Controladora		Consolidado	
				31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
EDE 2ª emissão debêntures 3ª série	CDI + 1,70% a.a.	26/02/2015	10/12/2019	-	-	-	42.687
EDE 4ª emissão debêntures série única	CDI + 1,00% a.a.	27/08/2018	15/08/2021	-	-	223.889	-
COGNA 1ª emissão debêntures série única	CDI + 0,65% a.a.	15/04/2019	15/04/2024	807.164	-	807.164	-
COGNA 2ª emissão debêntures 1ª série	CDI + 0,75% a.a.	15/08/2018	15/08/2021	1.152.229	-	1.152.229	-
COGNA 2ª emissão debêntures 2ª série	CDI + 1,00% a.a.	15/08/2018	15/08/2023	4.246.506	-	4.246.506	-
COGNA 2ª emissão debêntures 3ª série	IPCA + 6,7234% a.a.	15/08/2018	15/08/2025	112.805	-	112.805	-
COGNA 2ª emissão debêntures 2ª série	CDI + 1,00% a.a.	15/08/2018	15/08/2023	102.333	-	102.333	-
COGNA 3ª emissão debêntures 1ª e 2ª séries	CDI + 0,90% a.a. e CDI + 1,70% a.a.	15/08/2018	15/08/2022	510.264	-	510.264	-
COGNA 4ª emissão debêntures série única	CDI + 1,15% a.a.	15/03/2018	15/09/2021	812.411	-	812.411	-
COGNA 5ª emissão debêntures série única	CDI + 1,00% a.a.	25/10/2017	25/10/2020	116.272	-	116.272	-
SABER 1ª emissão debêntures 1ª série	CDI + 0,75% a.a.	15/08/2018	15/08/2021	-	-	-	1.154.212
SABER 1ª emissão debêntures 2ª série	CDI + 1,00% a.a.	15/08/2018	15/08/2023	-	-	-	4.359.991
SABER 1ª emissão debêntures 3ª série	IPCA + 6,7234% a.a.	15/08/2018	15/08/2025	-	-	-	108.641
SABER SOMOS 2ª emissão debêntures 1ª e 2ª séries	CDI + 0,90% a.a. e CDI + 1,70% a.a.	15/08/2018	15/08/2022	-	-	-	817.335
SABER SOMOS 3ª emissão debêntures	CDI + 1,15% a.a.	15/03/2018	15/09/2021	-	-	-	813.237
SABER SCIPIONE 4ª emissão debêntures Série Única	CDI + 1,00% a.a.	25/10/2017	25/10/2020	-	-	-	108.300
SARAIVA SOMOS 1ª emissão	CDI + 1,00% a.a.	27/08/2018	15/08/2021	-	-	-	224.103
Total				7.859.984	-	8.083.873	7.628.506
Passivo circulante				574.873	-	578.998	522.846
Passivo não circulante				7.285.111	-	7.504.875	7.105.660
				7.859.984	-	8.083.873	7.628.506

COGNA EDUCAÇÃO S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA OS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As debêntures, emitidas sob a forma nominativa escritural, sem emissão de certificados e sem a possibilidade de conversão de ações, além de não poderem ser repactuadas, possuem as seguintes características:

Empresa	Emissão	Série	Quant.	Valor unitário	Valor emissão	Consolidado	
						Pagamento principal	Pagamento juros
COGNA	1ª	Única	80.000	10	800.000	No vencimento	Semestral (Abr e Out)
COGNA	2ª	1ª	112.966	10	1.129.660	Anual	Semestral (Fev e Ago)
COGNA	2ª	2ª	426.434	10	4.264.340	Anual	Semestral (Fev e Ago)
COGNA	2ª	3ª	10.600	10	106.000	Anual	Semestral (Fev e Ago)
COGNA	3ª	1ª/2ª	800.000	1	800.000	Anual	Semestral (Fev e Ago)
COGNA	4ª	Única	800.000	1	800.000	No vencimento	Semestral (Mar e Set)
COGNA	5ª	Única	100.000	1	100.000	No vencimento	No vencimento
EDE	1ª	Única	2.200	100	220.000	No vencimento	Semestral (Fev e Ago)

(b) Movimentação

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Saldo inicial	-	-	7.628.506	266.533
Adição por migração de dívida (i)	7.041.624	-	-	2.130.304
Adição – Principal (ii)	800.000	-	800.000	5.294.921
Adição - Custos de emissão	(2.339)	-	(2.339)	(35.596)
Juros provisionados	45.794	-	545.811	214.706
Apropriação dos custos	563	-	10.660	3.984
Pagamento de juros	(25.658)	-	(556.265)	(24.923)
Pagamento de principal	-	-	(342.500)	(221.423)
Saldo final	7.859.984	-	8.083.873	7.628.506

- (i) Refere-se aos títulos de dívida assumidos pela Companhia em nome da controlada Saber, cujos valores, prazo de vencimento, datas de pagamentos, remuneração, formas de vencimento e demais termos e condições corresponderão ao destacado em cada escritura de debêntures já emitida. Em contraparte a este movimento, a controlada Saber realizou emissão de debêntures privadas para a Cogna, conforme apresentado na nota explicativa 28.1 (i).
- (ii) Em 15 de abril de 2019 a Controladora realizou sua primeira emissão de debêntures simples, realizada em série única. Foram subscritas 80.000 debêntures com valor unitário de R\$ 10.000 (dez mil reais) cada uma, totalizando R\$ 800.000. As debêntures foram emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de certificados e sem a possibilidade de conversão em ações. As debêntures não possuem cláusula de repactuação. As debentures terão prazo de 5 anos, sendo o vencimento final em 15 de abril de 2024. O pagamento de principal ocorrerá em uma única parcela e os juros devidos, calculados até as datas, ocorrem semestralmente (abril e outubro).

(c) Índices de desempenho compromissados

Emissões “Cogna” e “EDE” (cálculos trimestrais)

As debêntures emitidas pela controladora Cogna e pela controlada EDE requerem a manutenção de índices financeiros “covenants”, os quais são apurados trimestralmente, durante a vigência desta emissão, com base nas informações intermediárias e nas demonstrações consolidadas da Companhia, garantidora da emissão. O período de apuração compreende os 12 meses imediatamente anteriores ao encerramento de cada trimestre e o cálculo é o quociente da divisão da dívida líquida pelo EBITDA ajustado, sendo que o valor resultante não deve ser superior a 3,00. Esse índice não pode ser superado em 2 trimestres consecutivos ou em 3 trimestres alternados no prazo de vigência do contrato.

O conceito de EBITDA ajustado significa, com base nas informações trimestrais (ITR) ou demonstrações

COGNA EDUCAÇÃO S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA OS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

financeiras consolidadas da Garantidora, conforme o caso, ao resultado obtido nos 12 (doze) meses anteriores à data de apuração, deduzido do imposto de renda e contribuição social, da depreciação e amortização, do resultado financeiro e do resultado de itens não recorrentes, adicionada a receita financeira operacional.

Em 31 de dezembro de 2019, o índice financeiro relativo ao cálculo do quociente da divisão da dívida líquida pelo EBITDA ajustado atingiu o resultado de 3,03, sendo o primeiro trimestre a ter superado o indicador, mas ainda em cumprimento das cláusulas contratuais financeiras acima mencionadas. Adicionalmente, as obrigações não financeiras foram atendidas em 31 de dezembro de 2019.

(d) Cronograma de amortização

		31/12/2019			
		Controladora		Consolidado	
	Vencimento	Total	%	Total	%
Total passivo circulante	Em até um ano	574.873	7,3	578.998	7,2
		574.873	7,3	578.998	7,2
	Um a dois anos	2.023.017	25,7	2.242.781	27,7
	Dois a três anos	2.227.322	28,3	2.227.322	28,3
	Três a quatro anos	2.129.047	27,2	2.129.047	27,3
	Quatro a cinco anos	834.999	10,6	834.999	10,6
Total passivo não circulante	Cinco a seis anos	70.726	0,9	70.726	0,9
		7.285.111	92,7	7.504.875	92,8
		7.859.984	100,0	8.083.873	100,0

18. Arrendamento por direito de uso

(a) Movimentação

	Consolidado
	31/12/2019
Saldos em 31 de dezembro de 2018	-
Saldos de abertura IFRS 16	3.755.577
Saldos em 01 de janeiro de 2019	3.755.577
Adições	444.914
Atualizações	226.436
Cancelamentos	(281.048)
Pagamento de juros	(381.191)
Ajuste a valor presente	394.580
Pagamento de principal	(137.794)
Saldo final	4.021.474
Circulante	147.773
Não circulante	3.873.701
	4.021.474

- (i) O ajuste a valor presente relacionado aos contratos de arrendamento por direito de uso é calculado individualmente por contrato e aplicado para a vida útil do contrato, considerando seu prazo de vencimento. A taxa é calculada pelo nosso custo de capital menos o impacto estimado pela garantia na taxa.

Além dos valores apresentados acima, alguns dos arrendamentos de imóveis em que a Companhia e suas controladas são arrendatários contêm termos de pagamento variáveis que estão vinculados ao desempenho do uso do ativo subjacente, e, portanto, não estão incluídos na mensuração nos saldos contábeis.

COGNA EDUCAÇÃO S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA OS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As operações de arrendamento do Grupo não têm qualquer impacto nos cálculos dos índices financeiros (*covenants*) das debêntures.

(b) Itens não aplicáveis ao escopo do CPC 06 (R2) / IFRS 16

Conforme facultado no CPC 06 (R2) / IFRS 16, arrendamentos de curto prazo (prazo de locação de 12 meses ou menos) e arrendamentos de ativos de baixo valor (como computadores pessoais e móveis de escritório), manterão o reconhecimento de suas despesas de arrendamento em bases lineares nas demonstrações do resultado do exercício e com isso não serão incluídos ao passivo de arrendamento. Apresentamos a seguir estes efeitos para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2019:

	Consolidado
	31/12/2019
Pagamentos Fixos	518.985
Pagamentos Variáveis	13.526
Pagamentos relacionados a contratos de curto prazo e de baixo valor	26.814
Total Pago	559.325

(c) Compromissos futuros

Os saldos de arrendamento a pagar relacionados aos “compromissos futuros” para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 estão apresentados a seguir:

	IFRS 16	(-)AVP	Consolidado
			31/12/2019
Até um ano	542.957	(395.956)	147.001
Um ano até cinco anos	2.429.505	(1.112.059)	1.317.446
Mais de cinco anos	5.593.645	(3.036.618)	2.557.027
	8.566.107	(4.544.633)	4.021.474

19. Fornecedores – risco sacado

Alguns fornecedores nacionais têm a opção de ceder recebíveis da Companhia, sem direito de regresso, para instituições financeiras de primeira linha. Através dessas operações, os fornecedores podem antecipar seus recebimentos com custos financeiros reduzidos, pois as instituições financeiras levam em consideração o risco de crédito da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo dos fornecedores risco sacado foi de R\$ 341.656 (R\$ 391.974 em 31 de dezembro de 2018), as taxas de desconto das operações de cessão realizadas por nossos fornecedores junto a instituições financeiras tiveram média ponderada de 0,55% a.m. (em 31 de dezembro de 2018, a média ponderada foi de 0,68% a.m.) e prazo máximo de pagamento de 360 dias. O saldo é inicialmente conhecido líquido dos ajustes a valor presente, os quais são subsequentemente reconhecidos como despesa financeira.

COGNA EDUCAÇÃO S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA OS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

20. Obrigações trabalhistas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Salários a pagar	-	-	87.322	94.686
INSS a recolher	-	-	70.352	61.819
FGTS a recolher	-	-	16.009	18.363
IRRF a recolher	-	-	36.194	39.215
Provisão de férias e 13º salário	-	-	79.288	109.254
Encargos sobre provisões	-	-	23.568	17.991
Provisão de participação dos lucros	-	2.970	111.142	141.193
Outros	-	-	39.652	25.730
	-	2.970	463.527	508.251

21. Tributos a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
ISS	-	-	60.603	50.489
PIS	79	-	3.399	890
COFINS	481	-	17.724	9.338
IRRF	130	-	11.540	2.493
CSLL	-	-	410	406
Demais	96	8	8.116	12.060
	786	8	101.792	75.676

22. Contas a pagar - aquisições

	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Colégio Lato Sensu	54.518	66.096
Colégio Leonardo da Vinci	69.816	75.295
Metropolitana	37.747	-
Uniabc	29.595	28.657
Imóvel Betim	-	48.977
Colégio SANTI	19.767	18.539
ICF	11.442	13.482
Livraria Livro Fácil	10.941	10.594
Fateci	8.678	8.249
IECAC (Sigma Águas Claras) - SOMOS	8.243	13.406
Grupo Visão	7.548	10.942
Febac	5.971	7.082
Iesville Educar / Intesc	5.719	5.397
Outros	13.251	19.081
Total	283.236	325.797
Circulante	117.976	132.440
Não circulante	165.260	193.357
	283.236	325.797

A seguir apresentamos as movimentações ocorridas na rubrica de contas a pagar em aquisições:

COGNA EDUCAÇÃO S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA OS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018
Saldo inicial	325.797	122.786
Adição por combinação de negócios	-	69.999
Adição (i)	55.903	4.911.900
Atualização de juros	16.792	10.778
Baixas/Compensações	-	(8.485)
Ajuste a valor presente	4.717	(8.949)
Pagamentos	(119.975)	(4.772.232)
Saldo final	283.236	325.797

(i) Saldo composto, substancialmente, pela aquisição da empresa Faculdade Metropolitana, conforme nota explicativa 4(a).

Os valores são atualizados principalmente pela variação do CDI e IPCA de acordo com os respectivos contratos.

Abaixo cronograma de amortização das contas a pagar por aquisições:

	Vencimento	Consolidado			
		31/12/2019		31/12/2018	
		Total	%	Total	%
Total passivo circulante	até um ano	117.976	41,7	132.440	40,7
		117.976	41,7	132.440	40,7
	Um a dois anos	43.950	15,5	57.846	17,8
	Dois a três anos	49.215	17,4	40.226	12,3
	Três a quatro anos	53.741	19,0	56.943	17,5
Total passivo não circulante	Quatro a cinco anos	18.354	6,4	38.342	11,7
		165.260	58,3	193.357	59,3
Total		283.236	100,0	325.797	100,0

23. Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis e depósitos judiciais

A administração da Companhia, com base na opinião de seus assessores legais, classifica a possibilidade de perda dos processos judiciais e administrativos nos quais figura como parte (ré).

23.1. Processos com expectativa de perda provável

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Processos de natureza trabalhista (i)	762	5.941	141.468	151.452
Processos de natureza tributária (ii)	35.035	50.842	268.595	172.291
Processos de natureza cível (iii)	769	7.206	61.861	99.190
Total	36.566	63.989	471.924	422.933

(i) Processos de natureza trabalhista

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia e suas controladas possuíam como demandas trabalhistas mais relevantes com classificação de perda provável as listadas abaixo, sendo que parte delas são de

COGNA EDUCAÇÃO S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA OS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

responsabilidade dos ex-mantenedores/proprietários das empresas adquiridas e tem fato gerador na gestão anterior à aquisição pela Companhia:

- Ação coletiva movida por sindicato dos trabalhadores do ABC da grande São Paulo contra nossa controlada Anhanguera. Esta ação envolve diversos pedidos relacionados ao cumprimento no disposto em Convenção Coletiva da categoria dos professores, tais como: diferença de DSR sobre o adicional noturno, quinquênios, hora atividade e aulas a distância (EAD), composição do salário do professor (quinquênio, hora atividade, adicional noturno), diferença salarial do professor ingressante, vale alimentação, multa por descumprimento da cláusula normativa que trata do salário do professor ingressante e honorários advocatícios, no valor de R\$ 8.659;
- Reclamação trabalhista movida contra nossa controlada Somos Sistemas de Ensino S.A. Esta reclamação trabalhista tem como objeto pagamento de direitos autorais, verbas rescisórias e alegação de unicidade contratual, no valor de R\$ 6.491;
- Reclamação trabalhista movida contra nossa controlada Anhanguera. Esta reclamação trabalhista tem como objeto pedido de reconhecimento de vínculo empregatício de professor de curso preparatório, com pagamento de todas as verbas atinentes (férias + 1/3, 13º salário, FGTS), horas extras, redução indevida de hora aula, adicional noturno, verbas rescisórias, multa do art. 477 e 467 da CLT, danos morais em razão da violação do direito e imagem, ressarcimento pelas reprises das aulas gravadas em venda online, multa pela rescisão antecipada do contrato, rescisão indireta do contrato de trabalho, anotações na CTPS e honorários advocatícios, no valor de R\$ 5.812; e
- A Companhia é parte ainda em 1.393 processos de natureza trabalhista com valor médio de R\$ 105, sendo que 346 processos, que totalizam aproximadamente R\$ 15.053, se referem a demandas de empregados terceirizados contratados por empresas de terceirização de mão de obra, onde a responsabilidade da Companhia é subsidiária. As demandas trabalhistas, em geral, possuem como objeto pedidos trabalhistas de natureza variados.

(ii) Processos de natureza tributária

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia e suas controladas possuíam como demandas tributárias mais relevantes com classificação de perda provável as listadas abaixo. Parte da totalidade do saldo, refere-se a contingências de responsabilidade dos ex-mantenedores/proprietários de empresas adquiridas pela Companhia cujo fato gerador foi originado na gestão anterior à aquisição pela Companhia.

- Execuções fiscais ajuizadas pelo Município de São Paulo cobrando o ISSQN do período de 2007 a 2011, sendo de responsabilidade integral dos antigos Mantenedores da Academia Paulista Anchieta, empresa adquirida pela Anhanguera em setembro de 2011, no valor de R\$ 103.278. Em caso de perda, a Companhia possui garantia contratual suficiente;
- Execução fiscal ajuizada contra nossa controlada Anhanguera Educacional Participações S/A, referente a cobrança de FGTS ao período de 2001 a 2003, sob alegação de rompimento do contrato de adesão ao parcelamento de nº 2004005284, sendo de responsabilidade integral dos antigos Mantenedores, no valor de R\$ 1.499. Em caso de perda, a Companhia possui garantia contratual suficiente, e;
- A Companhia é parte ainda em 32 processos de natureza tributária, de valores individuais inferiores aos itens acima, sendo o valor médio de R\$ 1.322. As demandas envolvem crédito tributário de naturezas

COGNA EDUCAÇÃO S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA OS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

diversas.

(iii) Processos de natureza cível

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia e suas controladas possuíam como demandas cíveis mais relevantes com classificação de perda provável as listadas abaixo, sendo que parte delas são de responsabilidade dos ex-mantenedores/proprietários das empresas adquiridas e tem fato gerador na gestão anterior à aquisição pela Companhia.

- Ação de obrigação de fazer cumulada com indenização pela qual a autora, antiga parceira da Anhanguera, alega que nossa subsidiária não estaria cumprindo integralmente o contrato de parceria empresarial firmado entre as partes, cujo objeto é a transmissão, via satélite, de cursos preparatórios de concursos públicos, no valor de R\$ 8.343; e
- A Companhia é parte ainda em 2.867 processos de natureza cível, de valores individuais inferiores aos itens acima, com valor médio de R\$ 14, sendo 61 casos de responsabilidade parcial e/ou total dos ex-mantenedores. As demandas envolvem em sua maioria pedidos de natureza consumerista.

23.2. Movimentação das contingências tributárias, cíveis e trabalhistas

No quadro abaixo demonstramos a movimentação de contingências para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, controladora e consolidado:

	Controladora			
	Tributárias	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldo em 31/12/2018	50.842	7.206	5.941	63.989
Realocações entre naturezas	-	(6)	6	-
Adições	-	-	199	199
Reversões (i)	(8.560)	(5.984)	(3.752)	(18.296)
Total efeito resultado	(8.560)	(5.990)	(3.547)	(18.097)
Pagamentos	-	(1)	(182)	(183)
Total pagamentos	-	(1)	(182)	(183)
Adição Ex Mantenedor	-	-	14	14
Reversão Ex Mantenedor	(7.247)	(447)	(1.464)	(9.158)
Total Ex Mantenedor	(7.247)	(447)	(1.450)	(9.144)
Saldo em 31/12/2019	35.035	769	762	36.566

(i) As principais reversões ocorridas no período estão relacionadas à prescrição dos processos tributários.

COGNA EDUCAÇÃO S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA OS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado			
	Tributárias	Cíveis	Trabalhistas	Total
Saldo em 31/12/2018	172.291	99.190	151.452	422.933
Realocações entre naturezas	40.830	(15.130)	(25.700)	-
Adições	2.358	130.686	145.484	278.528
Atualização monetária	63	758	2.274	3.095
Reversões	(14.679)	(30.468)	(72.772)	(117.919)
Total efeito resultado	28.572	85.846	49.286	163.704
Pagamentos	(323)	(103.030)	(72.863)	(176.216)
Total pagamentos	(323)	(103.030)	(72.863)	(176.216)
Adição Ex Mantenedor	774	3.618	36.915	41.307
Atualização Monetária Ex Mantenedor	1.035	87	219	1.341
Reversão Ex Mantenedor	(10.361)	(23.851)	(23.541)	(57.753)
Total Ex Mantenedor	(8.552)	(20.146)	13.593	(15.105)
Atualização monetária IFRIC 23 (i)	11.162	-	-	11.162
Saldo principal IFRIC 23 (i)	65.445	-	-	65.445
	76.607	-	-	76.607
Saldo em 31/12/2019	268.595	61.861	141.468	471.924

- (i) Refere-se ao impacto de adoção ao ICPC 22 (IFRIC 23), decorrente de incerteza relacionada a dedutibilidade da despesa com PLR pagos aos administradores no montante de R\$ 39.730, e do ágio alocado na aquisição de empresas, no montante de R\$36.877, conforme apresentado na nota explicativa 2.26.2.

As adições ocorridas no período estão substancialmente relacionadas aos processos:

- De natureza cível, com adição de 15.446 processos judiciais que totalizam R\$ 130.686, com valores individuais não materialmente relevantes. A adição de valor mais relevante foi da ordem de R\$ 1.061; e
- De natureza trabalhista, com adição de 2.326 processos judiciais variados que totalizam R\$ 145.484, com valores individuais não materialmente relevantes. A adição de valor mais relevante foi da ordem de R\$ 2.050;

As reversões ocorridas no período de 2019 se referem a movimentos que geraram efeito no resultado da Companhia, sendo que apresentamos a seguir os principais impactos:

- Na controlada Anhanguera Educacional Ltda. houve reversão nos processos tributários no montante de R\$ 1.197 em razão de êxito parcial em execução fiscal de ISSQN; na controlada Anhanguera Educacional Ltda. em São Paulo houve reversão de R\$ 1.213. Adicionalmente houve outras reversões variadas na Companhia que totalizaram R\$ 12.269;
- Na controlada Anhanguera Educacional de Anápolis/GO e São Paulo/SP houve reversão em processos cíveis nos respectivos valores de R\$ 1.000 e R\$ 860 em razão da análise de entendimento dos nossos assessores jurídicos, tendo em vista a atual fase processual em que os mesmos se encontram. Adicionalmente, houveram outras reversões variadas na Companhia que totalizaram R\$ 28.608;
- Na controlada Anhanguera Educacional Participações S/A houveram reversões em processos trabalhistas nos respectivos valores de R\$ 3.900 e R\$ 2.500 em razão da análise de entendimento dos nossos assessores jurídicos, tendo em vista a atual fase processual em que os mesmos se encontram. Adicionalmente, houve outras reversões variadas na Companhia que totalizaram R\$ 66.372.

COGNA EDUCAÇÃO S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA OS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

23.3. Processos com expectativa de perdas possíveis

			Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	Quantidade 31/12/2019	Quantidade 31/12/2018
Processos de natureza tributária (i)	614.467	487.346	206	188
Processos de natureza cível (ii)	367.107	384.549	15.454	15.504
Processos de natureza trabalhista (iii)	139.400	93.743	1.214	1.169
Total	1.120.974	965.638	16.874	16.861

A Companhia e suas controladoras possuíam em 31 de dezembro de 2019, 16.874 processos judiciais/administrativos classificados pela administração como risco de perda possível com base na opinião de seus assessores legais, sendo 366 processos de responsabilidade parcial e/ou integral dos ex-mantenedores, considerando os processos relacionados as empresas adquiridas nos últimos dois exercícios, dos quais destacamos os principais:

(i) Tributárias:

- Auto de Infração lavrado pela Receita Federal do Brasil em face da Companhia após procedimento fiscalizatório referente ao não recolhimento de tributos relativos à concessão de ações em planos de outorga de ações da Companhia no período de janeiro/2014 a outubro/2017, no valor de R\$ 139.508;
- Ações fiscais ajuizadas pela União Federal com a finalidade de que haja o pagamento de dívida tributária oriunda de contribuições previdenciárias relativas à inscrição em dívida ativa referente ao período em que a controlada IUNI pertencia ao ex-mantenedor e gozava de imunidade tributária quando era entidade filantrópica e sem fins lucrativos. Os processos fiscais relacionados a este objeto totalizam R\$ 148.472. A responsabilidade desta contingência é da Companhia; e
- Auto de Infração lavrado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil em face da controlada Editora e Distribuidora Educacional (EDE) visando a cobrança de contribuição previdenciária sobre a parcela paga pela Companhia a colaboradores elegíveis no ano calendário de 2013 a 2016. Considerando o principal e acessório (multa e juros de mora), a autuação tem o valor de R\$ 73.551. A autuação é de responsabilidade da Companhia.

(ii) Cíveis:

- Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público do Estado do Paraná na qual pretende a nulidade das Leis Municipais 2.463/201.003 e 2.553/2.005 da cidade de Arapongas, Estado do Paraná, que culminaram na cessão de uso de terreno e imóvel para a instalação da UNOPAR (Campus Bandeirantes) sem prévia licitação no valor de R\$ 9.681; e
- Ação de Nulidade de Aditivo Contratual cumulada com cobrança de diferenças de repasse e indenização por danos materiais (perdas e danos e lucros cessantes), proposta por Polo Parceiro em face da UNOPAR, sob alegação de que existiram erros e incorreções nos pagamentos dos repasses, bem como coação para redução do percentual deste de 4% para 2%. A responsabilidade desta contingência é da Companhia, no valor de R\$ 9.275.

COGNA EDUCAÇÃO S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA OS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iii) Trabalhistas:

- Reclamação trabalhista envolvendo pedido de reconhecimento de vínculo empregatício de professor de curso preparatório, com pagamento de todas as verbas atinentes (férias + 1/3, 13º salário, FGTS), horas extras, adicional noturno, verbas rescisórias, anotações na CTPS e honorários advocatícios. A responsabilidade deste processo é da Companhia no valor de R\$ 7.000; e
- Reclamação trabalhista envolvendo pedido de reconhecimento de vínculo empregatício de professor de curso preparatório, com pagamento de todas as verbas atinentes (férias + 1/3, 13º salário, FGTS), horas extras, redução indevida de hora aula, adicional noturno, verbas rescisórias, multa do art. 477 e 467 da CLT, danos morais em razão da violação do direito e imagem, ressarcimento pelas reprises das aulas gravadas em venda online, multa pela rescisão antecipada do contrato, rescisão indireta do contrato de trabalho, anotações na CTPS e honorários advocatícios, no valor de R\$ 2.900.

23.4. Depósitos Judiciais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Processos de natureza tributária	-	281	26.014	8.838
Processos de natureza cível	17	17	17.361	12.063
Processos de natureza trabalhista	345	-	52.296	81.755
Total	362	298	95.671	102.656

24. Provisão para passivos assumidos em combinação de negócios

No contexto do CPC 15 - Combinação de negócios - a Companhia, com base nos relatórios dos seus assessores jurídicos e financeiros, reconheceu em seu passivo potenciais não conformidades em relação a práticas passadas de controladas adquiridas pela Companhia quanto ao cumprimento das legislações trabalhista, cível e tributária e relacionadas ao período que pertencia aos vendedores das empresas adquiridas.

A Companhia possui garantias contratuais em face dos vendedores das adquiridas, caso venha a sofrer alguma perda em razão de contingência cuja responsabilidade seja atribuída a tais vendedores. Em específico à aquisição da Somos, há uma conta *Escrow* no montante de R\$ 656.624 (450.000 em 31 de dezembro de 2018), contratada como garantia de contingências de responsabilidade dos vendedores da Somos.

A Companhia reconheceu, contabilmente, a potencial obrigação resultante de eventos passados cujo valor justo possa ser razoavelmente mensurado, ainda que dependa da ocorrência de eventos futuros para que se materialize em contingências.

Após revisão de risco das contingências pelos assessores legais da Companhia, houve reavaliação da contingência identificada no momento da aquisição da Somos, implicando na redução de R\$669.864 em razão: (a) da redução da multa do auto de infração lavrado pela Secretaria da Receita Federal em face da controlada Somos Sistemas, entendendo os assessores legais que o valor da multa que superar os 75% do montante da autuação fiscal deveria ser considerado remoto; (b) reavaliação do arbitramento do lucro da controlada Livro Fácil; (c) reavaliação do montante inicialmente apurado em relação a parte da contingência trabalhista inicialmente identificada, com redução de seu montante inicial. Houve também, por outro lado, a identificação

COGNA EDUCAÇÃO S.A. E CONTROLADAS**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA OS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

de novas contingências potenciais trabalhista em razão da constante avaliação pela Companhia, tendo havido um incremento de R\$160.984 por conta destas novas contingências identificadas.

O saldo dos passivos assumidos na combinação de negócios com empresas adquiridas são os seguintes:

	Consolidado		
	Tributárias	Cível	Trabalhistas
Saldo em 31/12/2018	1.940.271	427.002	845.775
Reclassificação entre contas	134.376	(226.269)	91.893
Ajustes por combinação de Negócio	(455.987)	-	125.663
Atualização monetária	59.948	5.735	28.614
Reversões	(84.129)	(62.153)	(229.027)
Total efeito resultado	(24.181)	(56.418)	(200.413)
Adições Ex Mantenedor	15.599	-	1.281
Atualização monetária Ex Mantenedor	42.348	13	5.012
Reversões Ex Mantenedor	(18.751)	-	(15.670)
Total Ex Mantenedor	39.196	13	(9.377)
Saldo em 31/12/2019	1.633.675	144.328	853.540

Os principais processos judiciais/administrativos da Companhia decorrentes de aquisições realizadas no ano de 2018, classificados pela administração como possível com base na opinião de seus assessores legais, são os seguintes:

(i) Tributárias:

- Auto de infração lavrado pelo Município de Vitória em razão do não recolhimento de ISSQN no valor de R\$ 31.809. Este processo é de responsabilidade do ex-mantenedor e a Companhia possui garantia contratual suficiente em caso de perda;
- Auto de Infração para cobrança de IRPJ e de CSLL, acrescidos de multa qualificada em 75% decorrente de glosa de ágio amortizado e despesas indedutíveis, além de multa isolada (pelo suposto recolhimento menor de estimativas), relativamente aos anos-calendário de 2011 a 2014. O Auto de Infração foi lavrado em face da Somos Sistemas de Ensino S.A, tendo sido incluídas como responsáveis solidárias as empresas Somos Educação S.A. e Ativic S.A. (está vinculada ao Grupo Abril), nos termos do artigo 124, inciso I, do Código Tributário Nacional, no valor de R\$ 315.421. Este processo é de responsabilidade da Companhia;
- Auto de Infração visando a cobrança de supostos débitos relativos ao IRPJ e reflexos - PIS, COFINS, CSLL e Multa Isolada, referente aos anos de 2000, 2001 e 2002. O Auto de Infração envolve 7 itens de autuação e, atualmente, só há pendência do item referente ao ágio, no valor de R\$ 77.819. Este processo é de responsabilidade da Companhia;
- Auto de Infração lavrado pela SRF quanto ao não recolhimento de Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), bem como aplicação de multa de ofício qualificada em 75% e aplicação de multa isolada sobre as estimativas mensais de IRPJ/CSLL, com relação aos anos-calendário de 2013 a 2015. O auto de infração foi lavrado em face da empresa Central de Produções GWUP S.A (não controlada pela Companhia) e tendo a Somos (na época do fato gerador subsidiária da autuada) como responsável solidária. A exigência de IRPJ e CSLL resultou da glosa de despesas financeiras, consideradas indedutíveis pela fiscalização e da glosa da amortização do ágio.

COGNA EDUCAÇÃO S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA OS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em decorrência dos ajustes efetuados pela Fiscalização, também foi exigida multa isolada em razão do suposto não recolhimento de estimativas mensais de IRPJ e CSLL, no valor de R\$ 122.425. Este processo é de responsabilidade de ex-mantenedor e a Companhia possui garantia contratual suficiente em caso de perda;

- Mediante histórico e análise de risco de autuações em decorrência do aproveitamento do ágio em aquisições realizadas pela Somos, com a consequente constituição do crédito tributário pela autoridade fazendária, considerou-se uma potencial obrigação resultante de eventos passados de R\$ 485.306 e outros procedimentos tributários que podem ser questionados pela autoridade fazendária totalizando R\$ 93.626.

(ii) Trabalhista:

- Mediante histórico e análise de risco de reclamações trabalhistas passadas e em decorrência de não conformidades em relação às práticas passadas considerou-se uma potencial obrigação quanto a pagamentos reiterados passados a prestadores de serviços através de RPA's e notas fiscais de pessoas jurídicas, no montante de R\$ 158.167 e outras não conformidades diversas de natureza trabalhista que totalizam R\$ 482.024.

(iii) Cível:

- Mediante histórico e análise de risco, a Companhia reconheceu potencial obrigação decorrente de eventos passados decorrentes de multas contratuais pela rescisão antecipada de contratos, em especial contratos de locação de imóveis, que totalizam a importância de R\$ 33.305 e outras não conformidades diversas de natureza cível que totalizam R\$ 62.028.

24.1. Garantias de provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis

Abaixo a composição dos processos judiciais/administrativos provisionados, cuja responsabilidade é garantida contratualmente pelo ex-mantenedor:

	Consolidado			
	Tributárias	Cível	Trabalhistas	Total
Saldo em 31/12/2018	724.882	112.926	95.411	933.219
Adição	827	16.731	39.568	57.127
Adição por combinação de negócios	15.599	-	1.281	16.880
Atualização monetária	35.677	100	4.508	40.285
Movimentação <i>Escrow</i>	52.481	-	117.248	169.729
Reversões	(25.810)	(23.489)	(37.921)	(87.221)
Saldo em 31/12/2019	803.656	106.268	220.095	1.130.019

As garantias constituídas em razão das aquisições, em contrapartida de contingências mencionadas na nota 23.2, estão previstas contratualmente e são compostas por: a) retenção de aluguéis de imóveis locados por subsidiárias da Companhia; b) retenção de parte do preço de aquisição; e c) hipoteca de imóvel pertencente aos vendedores. Os valores contabilizados de provisão de contingência e a sua contrapartida em garantia dos vendedores representando os valores apurados até o momento, com base nas informações disponíveis da diligência efetuadas pelos assessores externos da Companhia e, que poderão ser revisadas em até de um ano da data de aquisição, conforme previsto no CPC 15 – Combinação de negócios.

COGNA EDUCAÇÃO S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA OS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

25. Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

25.1. Imposto de renda e contribuição social no resultado

O imposto de renda e a contribuição social provisionados no exercício diferem do valor teórico que seria obtido com o uso das alíquotas nominais definidas pela legislação, aplicável ao lucro das entidades consolidadas. Apresentamos, portanto, a seguir, conciliação destes valores principais adições e/ou exclusões realizadas nas bases fiscais, como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social do exercício	210.539	1.379.300	183.786	1.379.389
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social - %	34%	34%	34%	34%
IRPJ e CSLL às alíquotas nominais	(71.583)	(468.962)	(62.487)	(468.992)
Equivalência patrimonial	93.476	460.869	(53)	(689)
Incentivo fiscal em controladas sujeita ao benefício ProUni	-	-	171.652	426.107
Adições (exclusões) líquidas	7.401	31.180	55.445	23.124
Diferença de alíquota de lucro presumido de controlada	-	-	(382)	(838)
IRPJ e CSLL diferidos não constituídos sobre o prejuízo do exercício de controladas	(4.847)	1.360	(162.991)	(1.407)
IRPJ e CSLL constituídos pela adoção ao IFRIC 23	-	-	(1.488)	-
IRPJ e CSLL demais movimentações	258	-	59.108	36.162
Total IRPJ e CSLL	24.705	24.447	58.802	13.467
IRPJ e CSLL correntes no resultado	258	-	(90.504)	(122.422)
IRPJ e CSLL diferidos no resultado	24.447	24.447	149.306	135.889
	24.705	24.447	58.802	13.467

25.2. Imposto de renda e contribuição social diferidos

A movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos e passivos é demonstrado conforme segue:

	Controladora		
	31/12/2018	Ajustes IFRS 16	Efeitos no Resultado
No passivo			
Ágio sobre combinação de negócios	(669.873)	-	24.447
Passivo não circulante líquido	(669.873)	-	24.447

COGNA EDUCAÇÃO S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA OS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado		
	31/12/2018	Outros ajustes no PL	31/12/2019
	(Reapresentado Nota 2.1)		
Imposto de renda / Contribuição Social:			
Prejuízos fiscais / Base Negativa CSLL	363.380	-	69.394
Diferenças Temporárias do Lucro Real			
Provisão para perda esperada	398.296	-	58.512
Ajuste a valor presente	69.232	-	(24.311)
Provisão de contingências	83.541	-	(39.099)
Depreciação e Custo de Empréstimo	(240)	-	(21.815)
Provisões não dedutíveis	69.200	-	(33.942)
Participação nos lucros e resultado	29.934	-	(15.701)
Plano de Opção de Ações	7.462	-	8.167
arrendamento por direito de uso	-	105.602	13.959
Ganho de Capital	(69.693)	-	34.661
Ágio sobre combinação de negócios	(1.094.807)	(140.474)	107.794
Outros Ajustes	12.219	6.827	(8.314)
Passivo não circulante líquido	(131.476)	(28.045)	149.307
Ativo não circulante	748.501		776.733
(-) Passivo não circulante	(879.977)		(786.947)
Total	(131.476)		(10.214)

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos são provenientes de ativos intangíveis decorrentes de aquisições e o imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são provenientes de prejuízos fiscais e saldos de adições ao Lucro Real de exercícios anteriores e atual. A seguir apresentamos a expectativa de realização do imposto de renda e contribuição social diferidos por ano:

	Consolidado	
Faixa de realização	Total	%
até dez/20	240.787	31,0%
	240.787	31,0%
2021	85.441	11,0%
2022	132.045	17,0%
2023 em diante	318.461	41,0%
	535.946	69,0%
	776.733	100%

25.3. Incentivos fiscais

O ProUni estabelece por meio da Lei no. 11.096, de 13 de janeiro de 2005, isenção de determinados tributos federais a instituições de ensino superior que concedam bolsas de estudo integrais e parciais a alunos de baixa renda, matriculados em cursos de graduação tradicional e graduação tecnológica. As entidades de ensino superior controladas da Companhia estão inseridas nesse programa.

O valor dos benefícios fiscais em virtude do ProUni apurados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019, incluindo PIS e COFINS, é de R\$ 340.569 (R\$ 614.366 em 31 de dezembro de 2018).

COGNA EDUCAÇÃO S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA OS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

26. Patrimônio líquido

26.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2019, o capital social subscrito e integralizado da Companhia totalizava R\$ 5.111.677, correspondente a 1.644.248.206 ações ordinárias nominativas. Para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2018, o saldo era R\$ 4.425.677, com 1.644.248.206 ações.

Em março de 2019, o Conselho de Administração aprovou aumento de capital social da Companhia no valor de R\$ 586.000, mediante a capitalização de parcela do saldo da reserva para investimento, sem a emissão de novas ações e sem modificação do número de ações.

Adicionalmente, em 06 de dezembro de 2019, o Conselho de Administração aprovou o efetivo aumento de capital da Companhia, dentro do limite autorizado, no montante total de R\$100.000, sem emissão de novas ações, conforme saldo transferido das reservas de capital.

Assim sendo, o capital social da Companhia para os exercícios findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018 fica disposto conforme segue:

	31/12/2019		31/12/2018	
	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade
Total de ações ex-tesouraria	4.990.250	1.635.134.374	4.235.397	1.629.605.489
Total de ações em tesouraria	121.427	9.113.832	190.280	14.642.717
Total de ações	5.111.677	1.644.248.206	4.425.677	1.644.248.206

Adicionalmente a seguir apresentamos as movimentações ocorridas nas ações em tesouraria:

	31/12/2019		31/12/2018	
	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade
Saldo inicial	190.280	14.642.717	2.505	169.265
Recompra de ações em tesouraria	-	-	223.268	17.212.500
Alienação de ações	(68.853)	(5.528.885)	(35.493)	(2.739.048)
Saldo final	121.427	9.113.832	190.280	14.642.717

26.2. Reserva de capital e opções outorgadas

A Companhia concede planos de pagamento baseado em ações dedicados ao Grupo que, por sua vez, considerou a apropriação dos valores respectivos a partir da data que eles passaram a dedicar-se as operações do Grupo de acordo com o CPC 10 / IFRS 2 - Pagamento Baseado em Ações, maiores detalhes na Nota 27.

O saldo de todas as contas de reserva de capital no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 é R\$ 6.400.167 (R\$ 6.379.742 em 31 de dezembro de 2018).

Instrumentos patrimoniais decorrentes da combinação de negócios

O saldo da reserva de instrumentos patrimoniais decorre principalmente da incorporação de ações da Anhanguera ocorrida em 3 de julho de 2014, com a emissão de 135.362.103 ações ordinárias, escriturais, nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia.

COGNA EDUCAÇÃO S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA OS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Na mesma data, a Companhia realizou aumento de capital com base no valor contábil de R\$ 2.327.299, referente ao patrimônio líquido da Anhanguera em 31 de dezembro de 2013. A diferença entre o valor total da aquisição e o valor atribuído ao capital social de R\$ 5.981.227 foi contabilizado como reserva de capital (instrumentos patrimoniais decorrentes da combinação de negócios).

26.3. Reserva de lucros

Reserva legal

Constituída como destinação de 5% do lucro líquido do exercício, após a compensação dos prejuízos acumulados, e que não pode exceder 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos acumulados ou aumentar o capital.

Reserva para investimentos

O saldo remanescente do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, após a compensação do lucro acumulado, a constituição de reserva legal e a proposição de dividendos, no valor de R\$ 70.130 (R\$800.136 em 31 de dezembro de 2018), foi transferido para a rubrica “Reserva para investimentos”, conforme o artigo 42 do Estatuto Social, e será utilizada para investimento na própria Companhia, a fim de financiar a expansão de suas atividades, seja ela orgânica, seja por meio de aquisições no mercado, cumprindo o plano de negócios de crescimento previsto pela Administração para o exercício de 2020.

Reserva para orçamento de capital

Em 16 de abril de 2015 foi aprovada pelo Conselho Fiscal e pelo Conselho de Administração da Companhia a destinação de R\$186.000 para a Reserva de Orçamento de Capital, valor este que reflete as necessidades de investimento de capital da Companhia. Os recursos serão utilizados em Projetos de Tecnologia da Informação, Obras de expansão e maturação de unidades, Equipamentos de Informática, Máquinas e Equipamentos, Móveis e Utensílios e Livros.

Dividendos

A seguir apresentamos o cálculo utilizado na proposta para distribuição dos dividendos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

	31/12/2019	31/12/2018
Lucro Líquido	235.244	1.403.747
Calculo da Reserva Legal - 5%	(11.762)	(70.187)
Lucro Líquido ajustado	223.482	1.333.560
Dividendos mínimo obrigatório - 25%	55.871	333.390
Dividendos adicionais propostos	97.482	200.034
Total de dividendos intercalares pagos no exercício (i)	(153.353)	(490.420)
Dividendos a pagar	-	43.004

(i) As distribuições de dividendos intercalares são aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia.

27. Programa de opção de compra de ações**27.1. Plano de outorga de ações restritas**

Foi aprovado pelos acionistas da Companhia, em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 3 de setembro de 2018, a criação de um Plano de Outorga de Ações Restritas como forma de incentivo ao incremento do desempenho e permanência na Companhia dos administradores e/ou empregados da Companhia ou de outras empresas sob o seu controle direto ou indireto.

Poderão ser outorgados direitos ao recebimento de um número máximo de ações restritas que não exceda 19.416.233 (dezenove milhões, quatrocentas e dezesseis, duzentas e trinta e três) ações, quantidade correspondente a 1,18% do capital social total da Companhia na data de aprovação do Plano, excluídas as ações que se encontrem em tesouraria também nesta data.

A obrigação da Companhia de transferir as ações restritas no âmbito do Plano, em até 10 (dez) dias contados da data do término do período de carência, está condicionada à continuidade do vínculo empregatício e/ou de administrador, conforme o caso, de cada participante com a Companhia pelo período de 3 (três) anos contados da data de celebração do respectivo contrato.

O valor justo das ações restritas outorgadas é mensurado pelo preço de mercado das ações da Companhia na data da outorga.

A concessão das ações restritas será realizada a título não oneroso aos participantes, por meio da transferência de ações mantidas em tesouraria.

A Companhia ofereceu aos beneficiários outorgados no âmbito do Plano 2015 cujo contrato tenha período de carência do último lote encerrando-se em 2020, 2021 ou 2022, a alternativa de: a) permanecer titular de suas opções ou b) cancelar o saldo de opções e substituí-las na mesma data por uma outorga equivalente no âmbito do novo Plano de Ações Restritas. Foram mantidos os períodos de carência dos contratos originais e preservados no cálculo da relação de troca os ganhos originais esperados pelos beneficiários. Houve o recálculo do valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da modificação separadamente para cada um dos lotes de cada outorga, e verificou-se que não houve incremento, ou seja, o valor justo original era maior que o atual.

Segue abaixo quadro representativo da movimentação realizada no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019:

PLANOS	Quantidade de ações restritas				31/12/2019	Preço médio do exercício
	31/12/2018	Ações restritas outorgadas	Ações Restritas Liquidadas	Ações Restritas Canceladas		
Plano 2015 - Migrados	1.504.272	-	(405.707)	(303.185)	795.380	R\$10,82
2018 - Novos	7.340.286	2.683.000	-	(219.915)	9.803.371	-
TOTAL	8.844.558	2.683.000	(405.707)	(523.100)	10.598.751	

A Companhia reconheceu as despesas relativas às outorgas do Plano de Ações Restritas no montante de

COGNA EDUCAÇÃO S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA OS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

R\$27.661 no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 9.204 no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018) em contrapartida a reservas de capital no patrimônio líquido. Adicionalmente, foram reconhecidas como despesas de pessoal os encargos no montante de R\$ 10.155 (R\$ 8.188 em 31 de dezembro de 2018), em contrapartida a provisão de encargos no Passivo.

27.2. Planos de opção de compra de ações

Os planos que outorgam opções para a aquisição de ações de emissão da Companhia têm como objetivo atrair e reter executivos da Companhia e de suas controladas diretas ou indiretas, bem como incentivar a maior integração de tais executivos à Companhia, dando-lhes a oportunidade de se tornarem acionistas, ou de aumentarem sua participação societária na mesma, obtendo um maior alinhamento de interesses e compartilhando, assim, o sucesso ao atingir os seus objetivos sociais.

São elegíveis para participar dos planos os administradores e executivos seniores da Companhia e de suas controladas, indicados pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê Financeiro e de Recursos Humanos, conforme o caso.

Os programas de opção de compra de ações, aprovados em reuniões do Conselho de Administração, possuem as seguintes características:

Programa	Data da Outorga	Preço de exercício	Prazo de carência	Opções outorgadas ativas
Plano2010	03/07/2014	R\$ 11,20	3 lotes com prazo de 36 meses, 48 meses e 60 meses	85.655
Plano2013	18/06/2013 a 03/07/2014	R\$9,94 a R\$11,20	3 lotes com prazo de 36 meses, 48 meses e 60 meses	233.891
Plano2009	08/02/2010 a 01/05/2013	R\$2,18 a R\$5,78	5 lotes com prazo de 12 meses, 24 meses, 36 meses, 48 meses e 60 meses; ou 4 lotes com prazo de 6 meses, 18 meses, 30 meses e 42 meses	1.524.666
Plano2013	26/11/2013 a 02/06/2015	R\$5,67 a R\$13,01	4 lotes com prazo de 6 meses, 18 meses, 30 meses e 42 meses	6.930.000
Plano2015	05/10/2015 a 01/02/2016	R\$8,42 a R\$9,65	4 lotes com prazo de 6 meses, 18 meses, 30 meses e 42 meses	18.645.425
				27.419.637

O preço de exercício será pago pelos beneficiários à Companhia à vista, no ato da aquisição ou da subscrição, ou na forma determinada pelo Conselho de Administração para cada contrato.

As variações na quantidade de opções de compra de ações em aberto e seus correspondentes preços médios ponderados, considerando o desdobramento de forma retrospectiva, estão apresentados a seguir:

COGNA EDUCAÇÃO S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA OS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

PLANOS	Quantidade de opções de compra de ações				31/12/2019	Preço médio do exercício
	31/12/2018	Opções outorgadas	Opções Exercidas (i)	Opções Canceladas / Abandonadas		
Plano 2010	85.655	-	-	-	85.655	R\$6,20
Plano 2013	4.375.567	-	(3.087.228)	(1.054.448)	233.891	R\$9,65
Plano 2009	2.314.666	-	(790.000)	-	1.524.666	R\$2,92
Plano 2013	7.050.000	-	(80.000)	(40.000)	6.930.000	R\$7,19
Plano 2015	19.545.294	-	(899.869)	-	18.645.425	R\$8,86
TOTAL	33.371.182	-	(4.857.097)	(1.094.448)	27.419.637	

- (i) No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 foram exercidas 4.857.097 opções em contrapartida à alienação de ações em tesouraria (no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram exercidas 6.152.295 opções sendo 3.721.758 via aumento de capital com objetivo específico de entregar estas novas ações ao beneficiário e 2.430.537 em contrapartida à alienação de ações em tesouraria).

27.3. Cálculo do valor justo e despesa no resultado

O valor justo das opções de ações concedidas é reconhecido como despesa. A contrapartida é registrada a crédito na rubrica reservas de capital, no patrimônio líquido.

A partir de 2015, a Companhia passou a utilizar para cálculo do valor justo das opções de cada outorga o modelo Binominal.

A Companhia não modificou as outorgas anteriores, de acordo com as normas estabelecidas no pronunciamento CPC 10, que continuam a ser calculadas pelo modelo *Black & Scholes*.

As premissas utilizadas para o cálculo do valor justo das outorgas de cada um dos Planos de opção de compras de ações vigentes são apresentadas abaixo:

	Programas				
	Kroton			AEDU	
	Plano 2009	Plano 2013	Plano 2015	Plano 2010	Plano 2012
Preço das Ações	R\$ 2,31 a R\$ 3,83	R\$ 9,48 a R\$ 15,84	R\$ 8,81 a R\$ 10,55	R\$ 3,73	R\$ 3,73
Taxa livre de risco	6,0% a 9,0%	7,0% a 12,6%	15,3% a 16,5%	12,60%	12,60%
Expectativa de Volatilidade anual	31,4 % a 35,0%	24,7% a 37,3%	38,4% a 40,8%	31,10%	31,10%
Modelo de Cálculo de Volatilidade	Desvio Padrão	Desvio Padrão ou EWMA	EWMA ou Garch	Desvio Padrão	Desvio Padrão
Dividendos esperados	0% a 3,4%	2,1% a 3,5%	3,50%	2,60%	2,60%
Duração do programa em anos	6 a 10	5 a 8	5 a 8	6	5
Valor justo da opção na data de outorga (R\$/ação)	R\$0,75 a R\$ 1,08	R\$ 2,44 a R\$ 5,64	R\$ 3,27 a R\$ 5,38	R\$ 2,73	R\$ 5,55

Em 31 de dezembro de 2019 foram reconhecidos R\$ 4.750 de despesa de valor justo de opções (em 31 de dezembro de 2018 foram reconhecidos R\$ 22.265).

28. Partes relacionadas

28.1. Transações entre partes relacionadas

As transações contratadas pela Companhia e suas controladas com partes relacionadas são resumidas abaixo:

- (i) Em 22 de novembro de 2019, conforme fato relevante publicado ao mercado e aprovação do conselho de administração, a Companhia realizou a assunção das dívidas relacionadas às debentures emitidas pela controlada Saber, sendo que, a partir deste momento, a Cogna será a única credora (debenturista) dos títulos. Em contraparte a este movimento, em 31 de dezembro de 2019 a Somos Sistemas passou a deter uma obrigação com a Cogna derivada de uma cisão com a Saber, realizada também em 31 de dezembro de 2019, onde a Saber havia realizado em 22 de novembro de 2019 emissão de debentures privadas para a Cogna, cujos valores, prazo de vencimento, datas de pagamentos, remuneração, formas de vencimento e demais termos e condições corresponderam ao destacado em cada escritura de emissão privada. O montante atualizado em 31 de dezembro de 2019 é R\$ 1.640.947.
- (ii) Em abril de 2019, a Cogna realizou transferência dos valores que foram captados mediante a sua primeira emissão de debentures, ocorrida em 15 de abril de 2019, à controlada EDE. Contraparte a este movimento, a EDE emitiu debentures privadas para a Cogna, cujo valores e demais obrigações correspondem ao destacado na emissão pública feita pela Controladora. O montante atualizado destas obrigações em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 804.282.
- (iii) Durante o exercício de 2019 foram firmados diversos Contratos de Doação com Encargo entre Cogna Educação S/A. e a Fundação Pitágoras, visando o cumprimento dos objetivos sociais e institucionais da Fundação. O Presidente do Conselho de Administração e Membros do Conselho de Administração da Companhia participam do conselho curador da Fundação. O contrato foi encerrado e o valor total pago foi de R\$1.800, pagos em 5 datas distintas durante o ano 2019.
- (iv) Foi firmado em 03 de janeiro de 2018 Convênio de Cooperação Técnica, Científica e Cultural com Doação com Encargo entre Anhanguera Educacional Participações S/A e a Fundação Manoel de Barros com vigência até 03/01/2020, visando o cumprimento dos objetivos sociais e institucionais da Fundação. Os Membros do Conselho Curador, Conselho Diretor e Conselho Fiscal da Fundação Manoel de Barros são Executivos da Companhia. Houve desembolso R\$339 referente a este contrato em 2019.
- (v) Foram firmados contratos de locação de imóveis não residenciais destinados à operação universitária nas controladas UNIC Educacional e EDE locados de Vertia Empreendimentos Imobiliários Ltda., empresa controlada por um acionista e ex-membro do Conselho de Administração da Companhia e atual membro do Comitê de Fundadores da Companhia. Em 10 de julho de 2019, a Companhia renovou a vigência das locações por 10 anos adicionais, contados a partir de 01 de janeiro de 2020. O valor pago mensalmente por estes contratos totaliza R\$2.204. O índice de reajuste utilizado é o IPCA.
- (vi) Foram firmados contrato de locação de imóveis não residenciais, destinados à operação universitária do Campus Universitário da UNOPAR, na cidade de Londrina-PR locados de Creare Administração de Bens Móveis e Imóveis Ltda., empresa controlada por acionistas e ex-integrantes do Conselho de Administração. Os contratos têm duração de 20 anos a contar de 1º de janeiro de 2012. O valor pago mensalmente pela controlada EDE por estes contratos totaliza R\$1.274.
- (vii) Foi firmado contrato de locação (e Aditamentos) de imóvel localizado em São Luiz-MA, destinado à operação educacional do Pitágoras Sistema de Educação Superior Sociedade Ltda., locado de Sistema

COGNA EDUCAÇÃO S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA OS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Pitágoras de Ensino Sociedade Ltda. - empresa controlada por membros do Conselho de Administração, acionistas e membros do Comitê de Fundadores. O contrato tem vigência até agosto de 2023, com valor pago mensalmente de R\$213. O índice de reajuste utilizado é o IPCA.

- (viii) A controlada AESAPAR utiliza imóvel alugado da HK Campinas Empreendimentos Imobiliários Ltda., empresa controlada por descendente de 1º grau de ex-membro do Conselho de Administração da Companhia, atual membro do Comitê de Fundadores da Companhia e acionista indireto. O contrato tem vigência até dezembro de 2024, com valor fixo mensal de R\$371. O índice de reajuste utilizado é o IPCA.
- (ix) Em 05 de dezembro de 2019, a Companhia celebrou contrato de indenização com a sua controlada indireta Somos Sistemas de Ensino S.A, por meio do qual a Controladora obrigou-se a indenizar a Somos Sistemas por eventuais desembolsos que venham a incorrer relacionadas a: (i) processos judiciais ou administrativos existentes na data de celebração do contrato, ou (ii) processos judiciais ou administrativos que venham a ser propostos a partir da data de celebração do contrato envolvendo a Somos Sistemas, desde que tenham por fato gerador atos ou eventos ocorridos até 31 de dezembro de 2019, até o limite máximo global de R\$149.600, cujo saldo será reajustado anualmente a partir de 1º de janeiro de cada ano, considerando a variação do CDI no período. O contrato de indenização entrou em vigor em 1º de janeiro de 2020.
- (x) Em 19 de Dezembro de 2019, assinamos com o vendedor do IUNI Educacional S/A e coligadas (incorporada na Editora e Distribuidora Educacional S/A), e com sua parte relacionada Vértia Empreendimentos Imobiliários S/A um Termo de Transação de Direitos, Quitação e Outras Avenças, por meio do qual recebemos do vendedor o montante de R\$62.200. O vendedor é acionista e um ex-membro do Conselho de Administração da Companhia e atual membro do Comitê de Fundadores da Companhia. Em contraprestação ao recebimento desta importância, demos ao vendedor e suas partes relacionadas plena, geral e irrevogável quitação em relação a quaisquer contingências que permaneceram na responsabilidade do vendedor e relacionadas ao Contrato de Compra e Venda do IUNI e coligadas.
- (xi) Em 11 de janeiro de 2013, assinamos com o Instituto Educar Brasil Programas Educacionais Ltda. ("Instituto Educar") um contrato de prestação de serviços para implantação e gestão do programa de bolsa de estudos para alunos interessados em cursarem o ensino superior. O controlador do Instituto Educar tem parentesco de primeiro com membro do comitê de fundadores e de segundo grau com membro da administração. O contrato mantido com o Instituto Educar consiste na prestação de serviços, pelo Instituto Educar, na identificação, cadastramento, seleção e encaminhamento às nossas instituições de educação superior de candidatos para realizar a matrícula em cursos disponibilizados pelas instituições, sendo garantido aos candidatos aprovados em processo seletivo, bolsas de estudos nos cursos de ensino superior. Não há remuneração paga por nós pelos serviços prestados em decorrência deste contrato. O Instituto Educar é remunerado pelo aluno conforme negociação celebrada entre ambos. O contrato tem prazo de vigência de 2 anos, renovável automaticamente, podendo ser denunciado e/ou rescindido por qualquer das Partes, a qualquer tempo, com antecedência mínima de 30 dias.

28.2. Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, o presidente, os vice-presidentes e os diretores estatutários.

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, foi definida a remuneração global anual dos administradores

COGNA EDUCAÇÃO S.A. E CONTROLADAS**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA OS**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, no valor máximo de R\$ 74.628 (R\$ 83.785 em 31 de dezembro de 2018). A abertura das remunerações ocorridas aos administradores em 31 de dezembro de 2019 e 2018 está apresentada a seguir:

	31/12/2019	31/12/2018
Salários	13.998	13.598
Benefícios	410	500
Encargos	4.577	4.051
Remuneração variável (i)	9.385	26.546
Plano de opção de compra de ações e ações restritas	15.043	13.104
	43.413	57.799

(i) Remuneração variável definida em contrato com diretores estatutários.

29. Cobertura de seguros

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos, com o objetivo de delimita-los, buscando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas pelo montante a seguir indicado, para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia e suas controladas possuíam as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

	Coberturas
Bens do imobilizado	338.000
Responsabilidade Civil Geral e Executivos	649.029
Veículos	32.188
	1.019.217

30. Receita líquida de vendas e serviços

	31/12/2019	Consolidado 31/12/2018
<u>Ensino superior presencial</u>		
Receita bruta	4.801.109	5.609.960
Deduções da receita bruta		
Impostos	(114.631)	(151.752)
ProUni	(717.454)	(787.043)
Descontos	(211.468)	(410.506)
Receita líquida	3.757.556	4.260.659
<u>Ensino superior EAD</u>		
Receita bruta	1.623.799	1.438.185
Deduções da receita bruta		
Impostos	(32.872)	(30.339)
ProUni	(265.552)	(265.100)
Descontos	(103.646)	(85.750)
Receita líquida	1.221.729	1.056.996
Receita líquida ensino superior	4.979.285	5.317.655

COGNA EDUCAÇÃO S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA OS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Educação básica

Receita bruta	2.366.875	855.272
Deduções da receita bruta		
Impostos	(70.613)	(22.547)
Devoluções	(248.353)	(89.672)
Receita líquida ensino básico	2.047.909	743.053

Total

Receita Bruta	8.791.783	7.903.417
Deduções da receita bruta		
Impostos	(218.116)	(204.638)
Prouni	(983.006)	(1.052.143)
Descontos	(315.114)	(496.256)
Devoluções	(248.353)	(89.672)
Receita líquida total	7.027.194	6.060.708

31. Custos e despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Salários e encargos sociais	(1.265)	60.292	(2.303.631)	(1.920.430)
Provisão para perdas esperadas	-	-	(910.793)	(672.491)
Depreciação e amortização	(75.070)	(74.961)	(551.000)	(373.779)
Publicidade e propaganda	(237)	(374)	(436.659)	(410.894)
Utilidades, limpeza e segurança	(523)	(313)	(412.750)	(237.464)
Custo dos produtos vendidos	-	-	(369.182)	(108.487)
Amortização mais valia ágio alocado	-	-	(352.213)	(103.000)
Depreciação - IFRS 16	-	-	(258.497)	-
Consultorias e assessorias	(1.914)	(11.255)	(161.114)	(185.070)
Direitos autorais	-	-	(113.494)	(24.457)
Custos editoriais	-	-	(109.990)	(48.777)
Viagens	-	-	(54.601)	(45.780)
Aluguel e condomínio (i)	-	-	(53.682)	(455.226)
Outras receitas (despesas), líquidas	12.517	1.700	(46.982)	(214.704)
Taxas e contribuições	(21)	(8)	(43.828)	(44.141)
Amortização mais valia de estoques	-	-	(36.029)	(26.670)
Serviços de terceiros	-	-	(10.353)	(11.264)
Contingências	18.097	44.173	214.700	68.851
	(48.416)	19.254	(6.010.098)	(4.813.783)
Custo das vendas e serviços	-	-	(2.809.622)	(2.268.804)
Despesas com vendas	-	-	(1.536.991)	(1.502.580)
Despesas gerais e administrativas	(48.416)	19.254	(1.702.760)	(1.051.990)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	-	-	39.275	9.591
	(48.416)	19.254	(6.010.098)	(4.813.783)

- (i) A partir da adoção da IFRS 16 – Arrendamentos apenas aluguéis e condomínios relacionados a pagamentos variáveis de arrendamento ou atrelados a contratos de curto prazo ou de baixo valor são registrados como despesas neste grupo.

COGNA EDUCAÇÃO S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA OS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

32. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
Receitas financeiras				
Juros sobre mensalidades	-	-	207.452	202.774
Rendimentos sobre aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários	898	5.242	73.821	133.732
Descontos obtidos	-	-	1.118	877
Juros de subarrendamento	-	-	878	-
Juros ativo	-	-	19.644	52.800
Outras	36.721	-	43.605	30.626
	37.619	5.242	346.517	420.809
Despesas financeiras				
Juros e custos das debêntures	(49.703)	-	(556.489)	(206.641)
Atualização de obrigações por aquisições de controladas	-	-	(21.510)	(10.778)
Tarifas bancárias e de cobrança	(26)	(12)	(21.407)	(27.603)
Juros e mora comercial	-	-	(4.319)	(2.322)
Juros e mora fiscal	(82)	(3)	(28.957)	(9.845)
Atualização de Contingências	-	(512)	(108.554)	(4.327)
Juros de Arrendamento	-	-	(395.459)	-
Outras	(3.782)	(166)	(42.975)	(24.802)
	(53.593)	(693)	(1.179.670)	(286.318)
Resultado financeiro	(15.974)	4.549	(833.153)	134.491

33. Informações por segmentos

Conforme apresentado na nota explicativa 2.2(d), a Companhia se utiliza de três principais segmentos operacionais para diferenciação de seus produtos oferecidos: Ensino Superior Presencial, Ensino Superior à Distância – EAD e Educação Básica. Abaixo apresentamos os resultados destas segmentações para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2018, juntamente com suas devidas posições patrimoniais:

	31/12/2019			
	Ensino Superior Presencial	Ensino Superior EAD	Educação Básica	Parcela não alocada
Receita líquida	3.757.556	1.221.729	2.047.909	-
Custo das vendas e dos serviços prestados	(1.277.708)	(207.701)	(1.159.660)	(164.553)
	2.479.848	1.014.028	888.249	(164.553)
Despesas operacionais:				
Despesas com vendas	(1.003.419)	(325.778)	(207.794)	-
Despesas gerais e administrativas	(795.706)	(224.467)	(274.712)	(407.875)
Outras despesas, líquidas	(1.127)	(157)	-	40.402
Lucro (prejuízo) operacional e antes do resultado financeiro	679.595	463.626	405.743	(532.026)
Ativos	15.872.543	5.267.414	12.978.488	-
Passivo circulante e não circulante	9.599.595	2.310.926	6.372.655	-

COGNA EDUCAÇÃO S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA OS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31/12/2018			
	Ensino Superior Presencial	Ensino Superior EAD	Educação Básica	Parcela não alocada
Receita líquida	4.260.658	1.056.997	743.053	-
Custo das vendas e dos serviços prestados	(1.958.439)	(148.367)	(161.998)	-
	2.302.219	908.630	581.055	-
Despesas operacionais:				
Despesas com vendas	(795.232)	(286.725)	(420.623)	-
Despesas gerais e administrativas	(267.189)	(75.480)	(138.578)	(570.743)
Outras despesas, líquidas	-	-	-	9.591
Equivalência patrimonial	-	-	-	(2.027)
Lucro (prejuízo) operacional e antes do resultado financeiro	1.239.798	546.425	21.854	(563.179)
Ativos	12.667.083	5.644.924	13.416.484	220.638
Passivos circulante e não circulante	1.595.673	492.422	11.979.149	408.825

34. Lucro por ação

34.1. Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas (excluídas as mantidas em tesouraria) durante o período.

	31/12/2019	31/12/2018
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	235.244	1.392.856
Média ponderada de ações ordinárias em circulação (em quantidade)	1.632.656	1.628.408
Lucro básico por ação ordinária	0,14	0,86

34.2. Diluído

Para efeitos de diluição, a Companhia possui plano de opção de compra de ações outorgadas aos beneficiários, pelo qual é permitida a emissão de ações no momento de período da opção. Em 31 de dezembro de 2019 existem ações com potencial de diluição, uma vez que seu preço médio de período é inferior ao preço médio da ação da Companhia no mercado. Abaixo apresentamos o cálculo da diluição:

	31/12/2019	31/12/2018
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	235.244	1.392.856
Média ponderada de ações ordinárias em circulação (em quantidade)	1.632.656	1.628.408
Potencial incremento de ações ordinárias	27.420	24.870
Lucro diluído por ação ordinária	0,14	0,84

COGNA EDUCAÇÃO S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA OS Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

35. Informações suplementares aos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa, pelo método indireto, são preparadas e apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) / IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa. O Grupo realizou durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 aquisição de imobilizados e adições ao intangível, transferência de títulos de dívida (debêntures), além de adoção as novas normas contábeis, todos estes sem efeito caixa. A seguir demonstramos estes efeitos:

Ajustes para:	31/12/2019	
	Controladora	Consolidado
Imobilizado		
Variação no saldo de fornecedores a pagar	-	(34.286)
Adição de arrendamentos financeiros (IFRS 16 / CPC 06)	-	632.308
Baixa de arrendamentos financeiros (IFRS 16 / CPC 06)	-	(249.530)
	-	348.292
Adoção a novas normas		
Adoção IFRS 16	203.164	3.755.577
Adoção IFRIC 23	38.243	76.607
	241.407	3.832.185
Empréstimos e Financiamentos e Debentures		
Assunção de dívida de controlada, via investimento	5.500.342	-
Assunção de dívida de controlada, via parte relacionada	1.541.281	-
	7.041.623	-
Passivos assumidos na combinação de negócios		
Garantias de ex-mantenedor	-	25.296
Movimentação por combinação de negócios	-	(324.069)
	-	(298.773)
	7.283.030	3.881.904

36. Eventos subsequentes

36.1. Follow on

Em 11 de Fevereiro de 2020, e conforme Fato Relevante publicado ao mercado, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o aumento do Capital Social da Cogna, ainda dentro do limite autorizado, no montante total de R\$ 2.555.938, equivalentes à emissão de 232.358.004 de novas ações da Companhia (incluindo as ações adicionais), bem como sua homologação.

Em razão deste aumento, o novo capital social da Companhia passará a ser de R\$ 7.667.615, dividido em 1.876.606.210 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

36.2. Coronavírus

Desde o início do ano de 2020, a Cogna vem monitorando a propagação do Coronavírus (COVID-19), que foi considerado uma pandemia pela Organização Mundial de Saúde ("OMS"). Diversas medidas foram tomadas pelas nossas subsidiárias para mitigar a propagação do COVID-19 em território nacional preservando a continuidade dos negócios:

Educação Superior – Kroton / Platos. As aulas em todas as unidades de ensino superior (unidades próprias e polos parceiros) foram temporariamente suspensas. Tomamos as medidas necessárias para que os alunos

COGNA EDUCAÇÃO S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS PARA OS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

continuem suas atividades acadêmicas por intermédio das plataformas digitais, sem prejuízo da conclusão do semestre. As atividades de captação e rematrícula de alunos seguem sem alterações.

Educação básica – Saber. As escolas da Saber suspenderam atividades conforme a determinação das autoridades locais. Estamos com um plano de contingência visando criar soluções para oferta de conteúdo digital que deem continuidade às atividades acadêmicas.

Educação básica – Sistemas de Ensino Somos. Nossa plataforma Plurall está estruturada para que as escolas parceiras possam ministrar o conteúdo aos alunos de forma digital. A decisão de fechamento, entretanto, cabe a cada escola parceira.

No momento, dada a incerteza do cenário, a Companhia está em avaliação de possíveis impactos econômicos e financeiros futuros decorrentes do Covid-19. Contudo, considerando que os processos de captação e rematrícula para 2020/1 ainda não foram concluídos, é certo que o fechamento das unidades e as restrições de trânsito de pessoas irão, de alguma forma, impactar a receita e o resultado do ano de 2020. Esses fatores podem também causar impactos na geração de caixa e na recuperabilidade de ativos. A Companhia segue monitorando o assunto e acompanhando estritamente as recomendações das autoridades.

* * * * *